



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, NA FORMA PRESENCIAL, COM LOTE DE PARTICIPAÇÃO AMPLA E LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, PROCESSO N° AA.040.1.004104/19-61-IASPI

O Estado do Piauí, através do Instituto da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado Do Piauí - IASPI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação do IASPI, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria GAB. SEADPREV N° 135/2019, de 12 de junho de 2019, publicado no D.O.E. n° 113, de 17/06/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na Forma Presencial, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei n° 10.520/2002; Lei Estadual n° 6.301/2013; Decreto Estadual n° 11.319/2004; Decreto Estadual n° 11.346/2004; Decreto Estadual n° 16.212/2015 e Lei Complementar n° 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PARTE GERAL

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A sessão pública deste Pregão Presencial será aberta no endereço, dia e horário discriminados na **Parte Específica** deste Edital.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a contratação do serviço descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação e os preços unitários (ou mensais) e globais (ou anuais) estimados em relação a cada item.

2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. As empresas far-se-ão presentes por representante(s) legal com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório, desde que exiba no ato da entrega dos envelopes, documento(s) por escrito, firmado por quem de direito, que o identifique como preposto(s) ou representante(s) legal da licitante.

3.1.1. A representação no certame far-se-á por pessoa(s)

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



formalmente credenciada(s), de acordo com o estatuto/contrato social, ou mediante instrumento público ou particular de procuração outorgada pelo licitante ou documento equivalente.

3.1.2. É vedada a participação de uma mesma pessoa como preposto ou representante legal de mais de uma empresa concorrente.

3.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3. Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma licitante.

3.4. A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da licitante por ele representada da fase de lances, salvo por determinação expressa e fundamentada pelo pregoeiro.

3.5. Os interessados ou seus representantes apresentarão declaração, fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

3.6. O registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

3.7. Concluída a fase do credenciamento será iniciada a sessão pública do Pregão, não sendo mais cabível desistir da proposta.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



4.1.1. O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Estadual 16.212/2015.

4.2.1. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Presencial, comprometendo-se a apresentar documentação comprobatória caso venha a ser declarada a vencedora do certame valendo-se do benefício.

4.2.2. Para efeito do previsto no subitem anterior, o licitante deverá encaminhar referida declaração junto com os documentos de habilitação.

4.2.3. A ausência de manifestação sobre o enquadramento implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

4.3. Caso seja permitida a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

4.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

4.3.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

4.3.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

4.3.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido,

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

4.3.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

- a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
- b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.3.4.

4.3.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

4.3.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

4.3.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 4.3.1;

4.3.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 4.3.1.

4.4. Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, inclusive verificado junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);
- c) Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidade da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



restabelecida, inclusive verificado junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);

d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;

f) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócios, sejam servidores, empregados, ocupantes de cargo comissionado do Estado do Piauí, ou responsável pela licitação da Contratante;

g) Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

4.5. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de consórcios no certame.

4.6. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

5.1. A proposta de preços e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis.

5.1.1. Não serão aceitos documentos de habilitação e proposta de preços remetidos por meio de *fac-símile* ou de correio eletrônico, admitindo-se o envio de tais documentos por correio, desde que dentro de envelopes lacrados, não-transparentes e recebidos até a data e horários estabelecidos neste ato convocatório para abertura da sessão, no endereço indicado no item 01 deste Edital.

5.2. Observadas as regras acima, os envelopes deverão estar devidamente rubricados no seu fecho, contendo ainda em sua parte externa os seguintes dizeres:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



ENVELOPE N° 1

PROPOSTA DE PREÇO

ÓRGÃO LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL N°...../20....

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE N° 2

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ÓRGÃO LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL N°...../20....

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

5.3. A licitante deverá entregar declaração com ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes deste pregão presencial, separadamente dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação.

5.4. A apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ETAPA DE LANCES

6.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço por lote, item ou adjudicação global, conforme definições estabelecidas na **Parte Específica** deste Edital.

6.2. A partir da data e do horário indicados no preâmbulo do Edital, o pregoeiro iniciará sessão pública do Pregão Presencial, com o credenciamento dos licitantes presentes na forma do Item 03, procedendo ao recebimento e a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" correspondentes a este Pregão.

6.3. Iniciada a abertura do envelope proposta comercial, estará encerrado o credenciamento e, por conseguinte, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

6.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

6.5. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, com base no valor total, que serão tomados como corretos. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.6. Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

6.7. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.8. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor, e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

6.8.1. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de apresentação dos lances.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante daquela etapa de lance e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação dos próximos lances.

6.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, sendo que o

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será definido na **Parte Específica** deste Edital, se for o caso.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.12. Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

6.12.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

6.12.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas de molde a se identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12.3. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou conforme determinar o pregoeiro no momento da sessão.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



6.14. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vista a reduzir ainda mais o preço, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

6.15. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

6.16. Será desclassificada a proposta ou o lance com valor superior ao preço máximo admitido, na forma do item 2.3.

6.17. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários do produto, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, no prazo a ser definido pelo pregoeiro.

6.18. Considerada aceitável a oferta de menor preço para qualquer item, somente será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação quando concluído o julgamento de todos os demais itens.

6.19. Eventuais falhas ou omissões nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

6.19.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto impossibilidade devidamente justificada.

6.20. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o pregoeiro decidirá a respeito.

6.21. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ele



adjudicado quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos.

6.22. De acordo com o objeto licitado, serão levados em consideração, para efeito de julgamento, o maior desconto e outras vantagens que o licitante possa oferecer para administração.

6.23. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será (ao) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

6.24. Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.25. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.26. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.26.1. Produzidos no País;

6.26.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.26.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.26.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.27. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta deverá conter as especificações detalhadas do serviço, obedecendo integralmente ao **Anexo IV** deste edital (**formulário de apresentação de proposta de preços**).

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor previsto no edital e a compatibilidade com as especificações técnicas do serviço, levando em consideração a última oferta oferecida pelo licitante na sessão.

7.3. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer ofertas de vantagens ou condições não previstas no instrumento convocatório.

7.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.5. Somente será considerada como a vencedora da licitação a proponente que apresentar o menor preço e a proposta comercial de acordo com todas as condições fixadas neste edital e seus anexos, após a equalização, classificação e realização dos lances, e que seja devidamente habilitada nos termos do item 8 deste edital.

7.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que contenha vício insanável ou ilegalidade, não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I - Termo de Referência, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.6.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.7.2. Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

7.7.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

7.7.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

7.7.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.7.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

7.7.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.7.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente

7.7.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

7.7.10. Estudos setoriais;

7.7.11. Consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



7.7.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

7.7.13. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.7.14. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.8. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital.

7.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. No caso de divergência entre o valor da cotação por extenso e em algarismo cardinal, será considerada a primeira, e havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário, notadamente para efeito de julgamento e classificação das propostas de preços.

7.11. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para sua apresentação, ressalvada a definição de prazo maior na **Parte Específica** deste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do **Cadastramento Unificado de Fornecedores - CADUF/PI** (*habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira*), com fundamento no artigo 2º do Decreto 11.320/2004 e no artigo 4º, XIV, da Lei nº 10.520/02 c/c §2º, do artigo 34, da Lei nº 8.666/93.

8.1.1. A apresentação de Certidão de Regularidade Cadastral junto ao CADUF/PI somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.2. Caso a empresa não esteja inscrita no CADUF/PI ou não apresente alguma das informações comprováveis através da

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes bancos de dados:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

8.2.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

8.2.5. Ao Cadastro de Impedidos de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI.

8.3. A consulta aos cadastros referidos no item anterior poderá ser feita pelo Pregoeiro em qualquer momento do procedimento licitatório.

8.4. Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as seguintes regras:

8.4.1. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;



8.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

8.4.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.6. Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da indicação de seus administradores;

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local



de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte- segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNEA, do IBGE.

g) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

h) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.6.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica, podendo exigir:

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;
- b) Requisitos de capacidade técnico operacional;
- c) Requisitos de capacidade técnico-profissional.

8.6.2.2. Para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional, entende-se, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da



proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.6.2.3. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem 8.6.2.2 poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

8.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observado o prazo de validade constante na própria certidão.

b) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) A licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta escrita do lote, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.6.4. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7. Se, pelas documentações fornecidas diretamente pelo representante legal, não se puder inferir que o subscritor de tais declarações tem poderes para representar a empresa, esta será inabilitada.

8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.9. A licitante ainda deverá apresentar declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme modelo constante no Anexo VII do Edital.

8.10. Caso permitida a participação de sociedades cooperativas, será exigida, ainda, a seguinte documentação complementar:

8.10.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.10.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.10.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.10.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.10.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.10.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.10.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.11. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 30, III, da Lei nº 8.666/93.

8.11.1. A **Parte Específica** deste Edital definirá se haverá necessidade de vistoria ou visita técnica obrigatória no local de execução dos serviços, observadas as condições estipuladas neste subitem.

8.11.2. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, em dia e horário previamente agendados através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.11.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.11.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.11.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.11.6. Caso a vistoria seja definida como obrigatória, a ausência de sua realização não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



para abertura da sessão pública, conforme endereço definido na **Parte Específica** deste Edital, que também especificará o sítio onde será divulgada a resposta do Pregoeiro.

9.2. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

9.3. Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no site mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Legislação, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

10.2. Qualquer pedido de impugnação deverá ser enviado para o endereço eletrônico e protocolo constantes na **Parte Específica** deste Edital.

10.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e divulgar o resultado no endereço eletrônico mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

10.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Encerrada a fase de habilitação e declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo para que qualquer Licitante possa, de forma imediata e motivada, manifestar a sua intenção de recurso, quando será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes intimados para, se assim desejarem, apresentar as contrarrazões em igual prazo, que iniciará imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 Os originais dos recursos deverão ser entregues em horário e local a serem definidos na **Parte Específica** deste Edital.

11.6 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO

13.1 Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

13.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

13.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

13.4. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o contrato, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do ato, prorrogável por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela



Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após a negociação e a verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação; se a Licitante vencedora não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das sanções previstas neste edital e no contrato.

13.6. Até a assinatura do Contrato, a proposta da Licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Contratante tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da Licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Contratante poderá convocar as Licitantes remanescentes, observando o disposto no subitem 7.10 deste Edital.

13.8. O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13.9. Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à Licitante vencedora as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no contrato a ser firmado entre as partes.

13.10. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 11.319, de 2004.

13.11. A associação da Licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação estão condicionadas à manutenção das condições de habilitação e só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o



consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

13.12. Na minuta do Contrato constante do Anexo III estão fixadas as responsabilidades das partes, sanções ao contratado e demais obrigações contratuais.

13.13. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A **Parte Específica do Contrato** definirá o seu prazo de vigência, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 14.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 14.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 14.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 14.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 14.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

14.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.7.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.4. As sanções serão aplicadas de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, facultada a defesa prévia da interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições de pagamento ao contratado encontram-se previstas no Termo de Contrato e no Decreto Estadual nº 15.093/2013, arts. 5º e 6º.

19. DO PREÇO

19.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao normalmente praticado no mercado, o órgão controlador procederá da seguinte forma:



19.2.1. Deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua regular adequação aos preços de mercado;

19.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor deverá ser liberado dos compromissos assumidos;

19.2.3. Convocará os demais fornecedores registrados, se houver, visando igual oportunidade de negociação.

19.3. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice definido na **Parte Específica** deste Edital.

19.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

19.6. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no item 19.3 deste edital para a variação do valor contratual.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** deste Edital poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor como condição para a assinatura do contrato.

20.2. Na garantia deverá estar expresse prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas na **Parte Específica** deste edital.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

21.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

21.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

22.1. O órgão gerenciador da ata de registro de preços decorrente desta licitação será definido na **Parte Específica** deste edital.

22.2. Caso haja a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, estes serão indicados na **Parte Específica** deste Edital.

23. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Os órgãos ou entes que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Secretaria de Administração e Previdência, na forma do art. 35, § 5º, V, da Lei Complementar Estadual nº 28/2003, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



23.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

23.5.1. Caberá à Secretaria de Administração e Previdência autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

24.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

24.5. O Registro de preços não obriga a Administração a firmar qualquer contratação, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do Sistema de Registro a preferência de fornecimento em igualdades de condições.

24.6. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de 12 (doze) meses, admitida uma única prorrogação, conforme art. 3º da Lei Estadual 6.301/2013 e art. 11º do Decreto Estadual 11.319/2004.

24.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

25.1. A **Parte Específica** deste Edital definirá a formação de cadastro de reserva para o registro de preços.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL apresentada.

26.2. A licitante vencedora deverá indicar o nome do representante legal da empresa, para fins de assinatura da futura "Ordem de Fornecimento dos Materiais", acompanhados de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.

26.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Piauí, através da Contratante, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e as exatas compreensões das formalidades.

26.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

26.6. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

26.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão Eletrônico.

26.11. Aos casos omissos e às questões suscitadas durante a vigência do mesmo, aplicar-se-ão as demais disposições



constantes da Lei nº 10.520 de 2002, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 11.346/04.

26.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

26.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

26.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

- A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- B) ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- C) ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO;
- D) ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- E) ANEXO V - DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;
- G) ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88;
- H) ANEXO VIII - ORÇAMENTO

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Data de Abertura: 27/08/2019. Horário de Abertura: 10:00h. Local: Rua Sete de Setembro, 121, Cento/Sul, Teresina - PI (No Auditório do IASPI). INFORMAÇÕES: E-mail: antoniocosta@seadprev.pi.gov.br.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

2.1	<p>O objeto da presente licitação é o registro de preços para a contratação de serviços de caráter operacional para o IASPI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.</p>
2.2	<p>() A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.</p> <p>(X) A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p> <p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto.</p> <p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.</p>
2.3	<p>Foi estimado o Valor Total de R\$ 12.806.133,33 (doze milhões e oitocentos e seis mil e cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), conforme tabela de Preços do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo que os preços unitários (ou mensais) e globais (ou anuais) estimados representam os valores máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.</p>
2.4	<p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime</p>

	<p>empreitada por preço unitário.</p> <p>(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa.</p>
4.5	<p>() Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 4.3 da Parte Geral deste Edital.</p> <p>(X) Não poderão participar desta licitação consorcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.</p>
4.6	<p>() Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.</p> <p>(X) Não será permitida a participação da cooperativas no certame.</p>
6.1	<p>(X) Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE (grupo de itens), observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as condições definidas neste edital e anexos</p> <p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para o(s) lotes:</p>

	<p>_____ e MENOR PREÇO POR ITEM, para os itens: _____, observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL.</p>
6.8.1.	<p>(X) O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do lote.</p> <p>() O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto oferecido</p>
6.10	<p>(X) Não será estipulado intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.</p> <p>() O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser (...)</p>
7.11	<p>A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.</p>
8.6.2.1, "a"	<p>(X) A proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina, em plena validade, para os Lotes 01 e 02.</p> <p>() Não se aplica ao caso exigência de registro na entidade profissional competente.</p>
8.6.2.1, "b"	<p>(X) Quanto à capacidade técnico-operacional, será exigida comprovação pela proponente de ter executado, em nome da</p>

empresa, a qualquer tempo, serviços/obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s), em nome da própria licitante (empresa), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os seguintes:

a) PARA OS LOTES 01 e 02:

- i) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos de assistência à saúde, tendo atuado no desenvolvimento e manutenção de uma solução tecnológica para plano de assistência;
- ii) Que a licitante possui experiência na implantação ou manutenção de um modelo descentralizado de assistência, sem a necessidade de uma central de marcação de consultas, exames ou outros eventos em saúde;
- iii) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos que possuem controle financeiro, calculados anualmente, a partir do equilíbrio entre as receitas oriundas das contribuições de seus beneficiários e as despesas assistenciais apuradas no período;
- iv) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos que possuem avaliação da qualidade do atendimento prestado, tendo obtido índice de aprovação acima de 80%;
- v) Que a licitante possui experiência na prestação de serviços assistenciais, identificando biometricamente tanto os usuários do plano quanto seus profissionais de saúde;
- vi) Que a licitante atuou executando ou apoiando a Gestão de Carteira, Gestão da Rede Credenciada, Controle Assistencial (Central de Regulação e Auditoria), Promoção e Prevenção

	<p>em Saúde, Apoio à Gestão, com descrição clara, que todos os processos são realizados via sistemas disponíveis na Internet;</p> <p>vii) Será considerado compatível o atestado que contenha a descrição dos serviços de apoio à gestão de planos de assistência à saúde, públicos ou privados, que possuam quantidade de usuários/beneficiários superior a 100.000 (cem mil), por no mínimo 1 ano.</p> <p>viii) Comprovação da licitante de que possui experiência na manutenção de sistemas de gestão para planos de saúde, na linguagem Java, pelo período mínimo de 1 (um) ano.</p> <p>b) PARA O LOTE 03:</p> <p>i) serviços de cálculos atuarias para planos de saúde.</p>
8.6.2., "c"	<p>(X) Quanto à capacitação técnico-profissional, será exigida comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para apresentação da proposta, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo (entidade profissional competente), detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que fica limitado na forma do § 1º Inciso I do Art. 30 da Lei 8666/93, cujas parcelas de maior relevância são as seguintes:</p> <p>- Para os Lotes 01 e 02:</p>

	<p>a) Tecnologia da Informação: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior em informática, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços de manutenção de sistema de gestão de planos de saúde em Java;</p> <p>b) Coordenador Geral do Contrato: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior com atestado de experiência na coordenação de contratos de gestão/administração de planos de saúde e todos os serviços que compõem o sistema de gestão de saúde;</p> <p>c) Gestor de Carteira e Rede: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente profissional com experiência e detentor de atestado de capacidade técnica na Gestão de Carteira e Gestão da Rede Credenciada;</p> <p>d) Responsável Técnico Médico, com experiência comprovada mínima de 02 (dois) anos e detentor de atestado de capacidade técnica, na supervisão de Central de Regulação e na supervisão de serviços de Auditoria;</p> <p>- Para o Lote 03:</p> <p>a) Atuário: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços cálculos atuarias para planos de saúde, devidamente inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária;</p>
9.1	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico antoniocosta@seadprev.pi.gov.br ,

	sendo que a resposta será divulgada no sítio www.tce.pi.gov.br .
9.3	Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no endereço eletrônico antoniocosta@seadprev.pi.gov.br .
10.2	O pedido de impugnação deverá ser enviado ao endereço eletrônico antoniocosta@seadprev.pi.gov.br , e também deverá ser protocolado no endereço Rua Sete de Setembro, 121, Cento, Teresina - PI, no horário de 07:00 às 13:30.
10.3	O Pregoeiro divulgará o resultado da impugnação no endereço eletrônico www.tce.pi.gov.br .
11.5	Os originais dos recursos serão entregues no endereço Rua Sete de Setembro, 121, Cento, Teresina - PI, no horário de 07:00 às 13:30.
19.3	Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA/IBGE.
20.1	<p>() Não será exigida garantia de execução do licitante vencedor.</p> <p>(X) Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, o licitante vencedor deverá prestar garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária, sendo que o prazo de validade será de 12 (doze)</p>

	meses .
22.1	<p>(X) O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será a Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí - SEADPREV, conforme art. 35, § 5º, V, da Lei Complementar Estadual nº 28/2003.</p> <p>() O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será (...), conforme delegação específica emitida para tal fim pela Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí - SEADPREV.</p>
22.2	<p>(X) Não haverá a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual neste certame.</p> <p>() São participantes os seguintes órgãos:</p>
25.1.	<p>(X) Não haverá formação de cadastro de reserva.</p> <p>() A formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma do art.11, II, do Decreto Federal nº 7.892/2013:</p> <p>25.1.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.</p> <p>25.1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.</p> <p>25.1.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a</p>

	<p>fase competitiva.</p> <p>25.1.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.</p> <p>() A formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma do art. 22, <i>caput</i>, incisos e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 11.319/2004:</p> <p>25.1.1. Fica estipulado que ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada por grupo para o item ou lote, observando-se ainda o seguinte:</p> <p>25.1.1.1. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão da imprensa oficial, ficando disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.</p> <p>25.1.1.2. Deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata quando das contratações decorrentes do registro de preços.</p> <p>25.1.1.3. Quando da necessidade de contratação, os órgãos ou entes participantes do registro de preços deverão recorrer ao órgão controlador, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.</p> <p>25.1.2. A critério do órgão controlador e em caráter excepcional, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de padrão, qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços, negociados em iguais</p>
--	--



	condições dentro da mesma licitação.
26.12	O presente edital poderá ser retirado no(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s): www.tce.pi.gov.br e www.iaspi.pi.gov.br . Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica .

Teresina - PI, 09 de agosto de 2019.

Daniele Amorim Aita
Diretora-Geral do IASPI



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. HISTÓRICO

O sistema de previdência dos servidores públicos do Estado do Piauí foi instituído pelo Governador João Luiz Ferreira, através da Lei 1.079, de 18 julho de 1923, que criou a Caixa Beneficente, com a finalidade de amparar os familiares dos servidores públicos por ocasião da morte destes, concedendo-lhes um benefício de pecúlio.

Em 31 de janeiro de 1966, foi sancionada a Lei N° 2.742, transformando a Caixa Beneficente em Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP, com natureza jurídica de Autarquia e sediado na Capital do Estado do Piauí, na Rua Sete de Setembro N° 121/centro-sul, com o objetivo de assegurar aos seus usuários os meios indispensáveis por morte daqueles de quem dependiam economicamente, concedendo-lhes os benefícios de auxílio funeral, pecúlio por morte e pensão por morte, além de outros benefícios, como auxílio natalidade, auxílio nupcialidade, assistência financeira, assistência habitacional e operações de seguro, bem como a prestação de serviços à saúde.

Em 21 de junho de 1986, foi editada a Lei 4.051, criando o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Piauí, com a finalidade de assegurar aos seus usuários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, e a prestação de serviços de assistência à saúde.

O IAPEP, desde sua criação, teve como objetivo o bem-estar dos servidores públicos estaduais propiciando-lhes os benefícios previdenciários e assistência à saúde através do IAPEP-SAÚDE e PLAMTA.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



Quando o IAPEP foi criado, a assistência à saúde oferecida aos servidores públicos e seus dependentes, limitava-se à assistência médico-ambulatorial e hospitalar básica. Para melhor assisti-los, foi instituído o PLAMTA por meio do Decreto N° 6.311, de 11 de julho de 1985, com a finalidade de complementar e suplementar a assistência médico-hospitalar prevista na Lei 2.742, de 31 de janeiro de 1966.

Com a implantação da reforma previdenciária supracitada, não mais foi possível o custeio da assistência à saúde com recursos das contribuições previdenciárias, motivando a criação do IAPEP-SAÚDE, através do Decreto N° 12.049, de 26 de dezembro de 2005.

Em 18 de junho de 2015, o Diário Oficial do Estado (DOE), publicou a Lei n° 6.672, de 18 de junho de 2015, alterando dispositivos das seguintes leis: Lei n° 4.051, de 21 de maio de 1986; Leis Complementares n°s 39, 40 e 41, de 14 de julho de 2014; Lei Complementar n° 28, de 09 de junho de 2003; e Lei n° 6.292, de 12 de dezembro de 2012.

Entre as várias alterações contidas na lei relacionada à previdência, o artigo 3° estabelece que "o regime de Previdência Social é administrado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência".

O artigo 51, da Lei n° 6.673, de 18 de julho de 2015, cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí (IASPI), que substitui ao IAPEP, sendo o responsável pelo gerenciamento da assistência à saúde dos servidores do Estado e seus dependentes.

O PLAMTA e o IASPI-SAÚDE, possuem atualmente cerca de 205.000 e 190.000 usuários respectivamente, considerados, portanto, os maiores planos de assistência à saúde do Estado do Piauí.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativa da necessidade da contratação:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



A missão do IASPI é “Promover o bem estar e a saúde, garantir a proteção à vida dos servidores públicos do Estado do Piauí e de suas famílias”. Hoje, o órgão tem foco na assistência à saúde, uma vez que a previdência é agora administrada pela SEADPREV/PI.

O IASPI é uma autogestão em saúde, que é o segmento em que a própria instituição é a responsável pela administração do plano de assistência à saúde oferecido aos seus empregados, servidores ou associados e respectivos dependentes, sendo o único modelo que elimina a necessidade de contratação de intermediários.

O IASPI tem como maior desafio encontrar soluções que equalizem os custos assistenciais e a receita de contribuição, desafio esse enfrentado pela maioria dos sistemas de autogestões públicas de assistência à saúde.

A transformação da informação em inteligência estratégica é uma ferramenta fundamental para subsidiar o processo decisório dos gestores. O mercado globalizado, cada vez mais competitivo, tem exigido esforços constantes das organizações, estimulando-as a desenvolver estratégias mais sofisticadas para obter melhoria contínua dos processos de controle.

A necessidade mais efetiva dos órgãos de controle tem tornado a implantação de centrais de Regulação peça fundamental para garantir uma melhor gestão dos custos. Torna-se imprescindível que a regulação de eventos solicitados pela rede credenciada seja realizada por profissionais de saúde especializados, utilizando ferramentas e soluções informatizadas que favoreçam a economicidade e impeçam, na maioria das vezes, o desperdício. O sistema de regulação em saúde deve estar disponível em horário integral, devido à imprevisibilidade dos eventos e saúde.

Além da regulação, a gestão dos custos baseada no conhecimento em auditoria médica agrega valor gerado por processos analíticos e de inteligência de negócios resultando em maior economicidade e transparência na execução da despesa pública, sendo assim o

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



serviço de auditoria é essencial, pois diagnostica detalhadamente os reais problemas da gestão de custos e traça objetivos a atingir, permitindo deste modo correções de procedimentos e diminuição dos riscos associados à execução dessa atividade, otimizando os recursos disponíveis. Isso inclui não só a auditoria, mas também o faturamento e processamento de contas, que são atividades essenciais para se gerar o quantitativo final devido pelo plano de assistência aos seus prestadores de serviço.

Recentemente tem-se visto nos noticiários que grandes operadores de saúde encontram-se em processo de falência. Algumas delas impressionam por seu tamanho, acima de 500.000 vidas e por possuírem tickets médios elevados, quando comparados a planos de assistência à saúde públicos, como os mantidos pelo IASPI. Essas quebras aconteceram justamente pela pouca ou nenhuma introdução de práticas modernas de gestão na administração dos planos. Um ponto importante de se ressaltar, é a crescente necessidade de pessoal com formação específica na área de gestão de planos de saúde, uma vez que tal conhecimento é chave para manter negócios da envergadura dos planos de assistência do IASPI, uma vez que o nível de risco associado ao negócio é muito alto e as contribuições associadas são muito baixas quando comparadas ao mercado privado.

2.2. Justificativa do quantitativo:

O IASPI Saúde possui hoje cerca de 190.000 usuários. O PLAMTA possui cerca de 205.000 usuários. É sabido que quanto maior um plano, maior são suas chances de sustentação econômica, pois eventos individuais de alto custo podem ser, cada vez mais minimizados em relação ao total geral de arrecadação da carteira. Além disso, quanto maior a carteira, mais força o órgão terá para negociação junto à rede de atendimento.

Durante os próximos anos, o estado do Piauí promoverá ações no sentido de incluir mais usuários aos planos de assistência à saúde públicos, abrangendo assim uma parcela maior da população.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



Serão desenvolvidos programas de parcerias com prefeituras do interior para que o serviço de assistência à saúde seja mais amplo e com isso consiga-se mais pujança para os planos públicos. Por conta disso, espera-se que as carteiras do IASPI Saúde e PLAMTA atinjam 210.000 vidas cada uma, nos próximos 5 anos.

2.3. O Modelo de Gestão

O IASPI conta hoje com um modelo de gestão baseado em diversos pilares que o mantém em uma situação de equilíbrio financeiro e com índices de satisfação diferenciados em relação a outros planos da região.

A regulação é um aspecto chave para o funcionamento de um plano de saúde do século XXI. Sua correta execução permite a redução de custos, combate à fraude e, além disso, mantém a percepção de qualidade por parte dos seus beneficiários. Além disso, uma regulação justa reduz os índices de glosa para patamares mínimos, melhorando a relação com a rede credenciada, que terá a garantia que todos os serviços prestados serão pagos.

Faz parte desse modelo o uso da Busca Direta, em que o beneficiário dirige-se a qualquer estabelecimento credenciado pelo plano, sem a necessidade de solicitar nenhum tipo de autorização prévia para tal. Todas as solicitações devem ser feitas pelos profissionais em saúde, identificados por meio de biometria e reguladas de forma automática, seja via avaliação de indicadores chaves ou via avaliação individual da solicitação. Para isso, adicionalmente aos parâmetros de configuração da tabela de procedimentos dos planos, faz-se necessário a obrigatoriedade de uma função inteligente que permita analisar o pedido, interpretar sua adequabilidade com base em critérios médicos, além de averiguar o comportamento do profissional solicitante, avaliando seus indicadores de produção e comparando com os dos seus semelhantes, visando com isso encontrar distorções que possam indicar a necessidade de atuação do plano, para prevenir o desperdício e favorecer o controle dos custos.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



O mecanismo de apoio à regulação deve auxiliar na identificação de comportamentos associados às várias dimensões do plano, de acordo com faixas definidas, sem, no entanto, jamais implementar apenas a regulação por episódio único, que resulte em negativa direta às solicitações assistenciais. Tal modelo de regulação não prescinde das regras de críticas tradicionais que associam procedimentos a critérios de idade, gênero, unicidade ou periodicidade. Desta forma, o mecanismo de regulação deve alertar a gestores e profissionais acerca dos comportamentos registrados, e, em última instância, avaliar eventos individualmente, suspendendo prestadores e profissionais que estejam fora, injustificadamente, dos limites estabelecidos, até que a equipe de gestão da rede credenciada consiga entender os fatos associados ao comportamento registrado por esse mecanismo de inteligência associado ao plano.

Além dos mecanismos automáticos de regulação, deve existir uma central de regulação que opere em caráter ininterrupto de funcionamento (24x7). Essa central deve possuir atendentes, enfermeiros e médicos que atuem na autorização de procedimentos, utilizando os níveis de regulação existentes nas tabelas de referência para planos de saúde. Tais centrais podem se valer de ferramentas tecnológicas avançadas, para auxiliar na tomada de decisão. Além disso, as regulações devem ser feitas não por um único profissional em saúde, mas sempre que necessário, por vários, garantindo assim uma maior qualidade nas decisões e evitando conflitos de entendimento.

É fundamental que o serviço de apoio à gestão ofereça soluções baseadas na identificação biométrica em caráter obrigatório, compatível com atual conjunto de leitores biométricos existentes e utilizados pela rede credenciada do plano. A identificação biométrica deve alcançar não somente aos beneficiários, mas também a todos os profissionais credenciados do plano. Apenas estes, e devidamente identificados por informações biométricas, estão autorizados a solicitar procedimentos para os beneficiários do plano. Isso é fundamental para manter um



controle de indicadores ligados aos profissionais, pois eles é que são responsáveis pela geração de despesas, devendo eles serem observados para se identificar comportamentos considerados anormais.

3. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objetivo guiar a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de caráter operacional, tático e estratégico, para o sistema assistencial do IASPI.

3.1. OBJETO DETALHADO

3.1.1. LOTE 1 - Segmentação Ambulatorial e Odontológica

Lote	Item	Subitem	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Segmentação Ambulatorial e Odontológica	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida / mês	0,46	96.600,00
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida / mês	0,43	89.600,00
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida / mês	0,17	35.700,00
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida / mês	0,22	46.200,00
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida / mês	0,16	33.600,00
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida / mês	0,32	66.500,00
		Apoio à gestão	210.000	Por vida / mês	0,22	45.500,00
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida / mês	0,38	79.100,00
		Total Ambulatorial			2,35	492.800,00

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

Valor Total para 12 Meses	5.913.600,00
----------------------------------	--------------

VALOR GLOBAL PARA O LOTE 01: R\$ 5.913.600,00 (cinco milhões e novecentos treze mil e seiscentos reais)

3.1.2. LOTE 2 - Segmentação Hospitalar

Lote	Item	Subitem	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
2	Segmentação Hospitalar	Disponibilização de sistema de informação	1	Por evento / contrato	243.333,33	243.333,33
		Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida / mês	0,41	86.800,00
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida / mês	0,35	74.200,00
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida / mês	0,69	145.600,00
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida / mês	0,15	32.200,00
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida / mês	0,13	27.300,00
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida / mês	0,31	64.400,00
		Apoio à gestão	210.000	Por vida / mês	0,22	46.200,00
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida / mês	0,36	74.900,00
Total Hospitalar Mensal					2,63	551.600,00
Total Hospitalar Eventual						243.333,33
Valor Total para 12 Meses						6.862.533,33

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



VALOR GLOBAL PARA O LOTE 02: R\$ 6.862.533,33 (seis milhões e oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

3.1.3. LOTE 3 - Atuarial

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Atuarial	Realização de cálculo atuarial	2	Por evento / ano	15.000,00	30.000,00
Total Geral						30.000,00
Valor Total para 12 Meses						30.000,00

VALOR GLOBAL PARA O LOTE 03: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3.1.3.1. Devido do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2016, o Lote 3 será de participação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3.1.4. VALOR GLOBAL DO CERTAME: R\$ 12.806.133,33 (doze milhões e oitocentos e seus mil e cento e trinta e três reais e trinta e três centavos)

4. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E FORMA DE DISPUTA

4.1. Pregão Presencial (Registro de Preços)

4.2. Menor Preço

4.3. Por Lote

5. PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, Inc II, da Lei Federal nº 8.666/93.

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Os dois primeiros lotes constantes na Tabela referente ao Objeto Detalhado referem-se às duas grandes segmentações existentes nos

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



planos assistenciais presentes no IASPI, sendo elas ambulatorial e hospitalar. Para cada uma das três áreas serão exigidos os serviços básicos de suporte, que serão detalhados nas seções a seguir.

6.1. Manutenção do Sistema de Informação

O IASPI Saúde adquiriu em 2013 um sistema de informação para seu plano ambulatorial e odontológico, desenvolvido na plataforma Java, que se encontra em operação atualmente e atendendo a todas as exigências da população usuária do plano. No entanto, é necessário mantê-lo atualizado diante de mudanças na legislação que os subsidia, bem como incorporar as correções/evoluções para tornar o modelo utilizado pelo plano mais eficiente.

Faz parte deste item a disponibilização, enquanto durar o contrato, de equipe de manutenção contínua, sediada em Teresina, composta minimamente por 3 (três) desenvolvedores Java em horário integral (180h mensais), para cada uma das segmentações a terem o serviço de manutenção contratado, e um gerente de projeto, que deverá ser o ponto focal com o IASPI. Além disso, será exigido também um Analista Negócio, que entenda do contexto de planos de saúde e que seja o contato direto das diversas gerencias e supervisões da CONTRATANTE para resolução de problemas e levantamento de requisitos. No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação da equipe técnica vinculada à prestação de serviços.

Todas as manutenções realizadas pela empresa CONTRATADA, que poderá ser Preventiva, Corretiva ou Evolutiva, deverão ser cedidas ao IASPI, via termo de cessão formal, incluindo os manuais de operação e documentação técnica associada, ao final de cada ano ou quando for solicitado pelo órgão.

Por Manutenção Preventiva entende-se como sendo os serviços programados para manter os softwares funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção em programas que

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização, ajustagem, configuração, inspeção, e testes, entre outras ações que garantam a operacionalidade dos sistemas.

Por Manutenção Corretiva entende-se como sendo os serviços de alterações nos softwares e configurações, eliminando todos os defeitos existentes nos programas e rotinas dos softwares fornecidos, através do diagnóstico do problema apresentado, bem como, correção de anormalidades, testes e ajustes necessários para o retorno do mesmo às condições normais de funcionamento. Esse serviço inclui o fornecimento de todas as informações e orientações necessárias para o bom funcionamento dos sistemas.

A Manutenção Evolutiva compreende as adequações funcionais, reestruturação de programas, revisões conceituais legais e estruturais solicitadas pela CONTRATANTE, em virtude de mudanças no modelo de gestão desenhado para funcionamento do IASPI. As Manutenções Evolutivas serão sugeridas pela equipe de apoio à gestão descrita neste Termo de Referência.

Cada solicitação de manutenção, seja de desenvolvimento ou manutenção, feita à CONTRATADA, deverá ser analisada em até 2 (dois) dias úteis e deve gerar um relatório de análise da demanda. A análise deverá conter uma estimativa do tempo para implementação da solicitação de funcionalidade. Entende-se por uma funcionalidade um cadastro, relatório, fluxo de execução ou qualquer outro pedido que resulte em uma função no software ou em uma alteração em uma das funções existentes.

A análise das solicitações deve indicar data de início da implementação e data prevista de finalização. Ao final de cada mês a CONTRATADA deve emitir um relatório das solicitações durante o período considerado. Caso não seja possível o atendimento a uma solicitação, será necessário que a CONTRATADA emita um laudo técnico indicando por que a solicitação não pode ser atendida, para avaliação pela CONTRATANTE. A partir desse

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



relatório a CONTRATANTE emitirá um parecer indicando se os serviços foram realizados a contento.

É importante frisar que está envolvido nesta atividade tanto o levantamento de requisitos, elaboração de protótipos, implementação, teste e disponibilização da solução para homologação dos serviços por parte dos responsáveis da CONTRATANTE. Serão consideradas horas úteis de trabalho, considerando que um dia útil possui 8h (oito horas) de trabalho.

Todo e qualquer processo de gestão que seja desenvolvido pela equipe de apoio à gestão do IASPI deve ser refletido no sistema legado do plano. Isso significa que essas alterações devem ser implantadas em sua integralidade pela CONTRATADA, cobrindo toda a área geográfica sob responsabilidade do IASPI.

A implantação prevê a efetiva introdução das inovações em um ambiente para produção, pronto para receber os dados iniciais do sistema, incluindo parametrizações e carga inicial. Este ambiente será replicado para o Treinamento dos operadores.

Todas as soluções desenvolvidas no âmbito deste contrato deverão ser implantadas em todas as unidades do IASPI. A CONTRATADA será responsável pelo treinamento in loco de todos os funcionários de cada unidade de atendimento.

A CONTRATADA deve seguir as seguintes etapas principais durante a implantação de alguma nova funcionalidade no sistema:

- a) Elaboração de Projeto operacional de Implantação da solução ofertada;
- b) Migração de Base de dados existente para o novo formato, exigido pelas mudanças;
- c) Adequação das rotinas das unidades de atendimento do IASPI aos requisitos do Produto/Módulo ou vice-versa, conforme orientação do próprio IASPI;
- d) Elaboração do Plano de Contingência, detalhando o que será feito em caso de falhas;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- e) Capacitação do(s) Usuário(s);
- f) Implantação Assistida, com apoio da equipe da CONTRATADA;
- g) Suporte Técnico ao Produto/Módulo.

6.2. Central de Regulação

A licitante deve possuir estrutura de operação de central de atendimento (tele atendimento receptivo) para a regulação médico/odontológico assistencial e referenciamento de usuários aos serviços de saúde credenciados junto ao IASPI, em regime ininterrupto de operação (24 horas por dia, 7 dias da semana, 365 dias do ano), abrangendo todos os recursos necessários a sua operacionalização, nas instalações da empresa CONTRATADA, em Teresina, incluindo *hardwares*, *softwares* de controle e gestão de tele atendimento, mobiliário, linhas telefônicas, ambientes adequados, recursos para a operação e pessoal necessário à operação (médicos, operadores, supervisores e gerentes).

O IASPI definirá todos os itens assistenciais que deverão ser regulados em cada uma das segmentações existentes, utilizando como base, as principais tabelas de procedimentos praticadas no Brasil. Todas as solicitações devem ser atendidas em um prazo máximo de 24h para a segmentação ambulatorial e odontológico, 8h para a segmentação hospitalar e até 20 minutos para regulações de urgência/emergência. Todas as negativas devem ser encaminhadas com justificativa técnica apropriada, para eventual uso em processos judiciais relativos aos casos.

Faz parte das atividades da central de regulação a configuração das tabelas utilizadas nas segmentações, para ajustar parâmetros associados à: quantidade máxima permitida por item assistencial, idade mínima e máxima que pode realizar tal assistência, sua periodicidade, unicidade, especialidades que podem solicitar, se pode ser realizado na urgência, se cabe OPME, se permite internação, a permanência máxima possível e os itens assistenciais incompatíveis com esse item. A equipe da central deve configurar o sistema de informação responsável pela captura de eventos do plano assistencial para incluir os parâmetros

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



citados anteriormente para cada item da tabela utilizada na segmentação, sem qualquer custo adicional ao contrato.

A CONTRATADA deverá acompanhar a produção de cada profissional e inferir um eventual comportamento anormal, sendo necessário uma análise detalhada das solicitações e uma orientação ao profissional, quando cabível. Esse mecanismo deve enviar alertas ao profissional e, após uma quantidade configurável de alertas enviados, sem uma mudança no comportamento adotado, deverá automaticamente suspender o profissional até que haja uma conversa para um melhor entendimento das causas associadas ao comportamento anômalo detectado. Para isso, a CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (um) profissional médico para realizar orientação aos profissionais suspensos pelo mecanismo de detecção de comportamento anormal utilizado, que deverá atender nas instalações da CONTRATADA, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8h às 12h e de 14h às 16h.

Os serviços de regulação prévia de procedimentos solicitados pela Rede Credenciada compreendem as atividades de autorização ou negativas de solicitações de acesso à assistência à saúde envolvendo:

- i) Obter a situação do usuário para o atendimento, entregando o resultado à rede credenciada, em regime ininterrupto (24x7x365);
- ii) Informar ao solicitante a situação do usuário em relação aos critérios de elegibilidade, tais como carência, suspensão, inadimplência. A validação de critérios de elegibilidade do usuário deve ser automática no Sistema Informatizado dos planos de assistência à saúde, bem como cobertura dos procedimentos, contratação do prestador, entre outros critérios regulamentares e técnicos, conforme definições próprias dos planos de assistência à saúde;
- iii) Avaliar todo o conjunto de parâmetros existente na tabela de procedimentos assistenciais utilizado pelo plano de assistência, previamente configurada pela equipe de regulação, para realizar a avaliação prévia da solicitação, frente aos parâmetros de controle existentes.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



iv) Fornecer suporte e interação entre o profissional médico/odontólogo regulador e o solicitante (prestador da rede credenciada) em toda e qualquer solicitação regulada, conforme critérios próprios do IASPI.

As atividades de Regulação Médica incluem:

- a) Regular solicitações de Eventos: serviço auxiliar de diagnóstico e terapia (SADT), sessões de fisioterapia e fonoaudiologia, procedimentos ambulatoriais - hemodiálise, quimioterapia, hemoterapia.
- b) Regular solicitações de internação, procedimentos, materiais e medicamentos de alto custo, além de OPMEs relacionados a uma internação.

As atividades de Regulação de Tratamentos Odontológicos incluem:

- a) Regular solicitações de tratamentos odontológicos oriundos da Rede Credenciada dos planos de assistência à saúde e encaminhar para a perícia, quando necessário;
- b) Regular todas as solicitações de próteses e materiais especiais para procedimentos odontológicos cirúrgicos em caráter de urgência e eletivos.

A infraestrutura da central de regulação deve possuir:

- a) Acesso via telefone ou via Web, a ser disponibilizado pela CONTRATADA, que será responsável pelos custos envolvidos.
- b) A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda acesso através de e-mail, whatsapp ou por consulta a um portal de informações, aos prestadores de serviços da Rede Credenciada durante toda a operação, para a recepção de resultados de exames e solicitações médicas.
- c) A CONTRATADA deverá garantir estrutura com recursos tecnológicos necessários ao atendimento de operações simultâneas, garantindo com isso a informação ou prestação de serviços sem solução de continuidade.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



d) O Nível mínimo de serviço a ser prestado pela central, na modalidade de call center, deve ser de 90% (noventa por cento) das ligações atendidas no tempo máximo de até 30 segundos. Esses parâmetros estabelecem a qualidade mínima exigida para o serviço, sendo inaceitável parâmetros inferiores a esse, que devem ser medidos mensalmente. Em caso de descumprimento, será calculada uma multa ao contrato.

e) Para o caso de regulação via Internet, todas as solicitações de procedimentos e consultas devem ser registradas em até 20 segundos. Aquelas que exigirem avaliação médica devem ser respondidas em até 30 minutos; as demais devem ser respondidas em até 20s. Da mesma forma, esse parâmetro estabelece a qualidade mínima exigida para o serviço, sendo inaceitável parâmetros inferiores a esse, que devem ser medidos mensalmente para efeito de pagamento dos serviços. Em caso de descumprimento, será calculada uma multa à contratada.

f) Ainda para central de atendimento telefônico (call center) será tolerada uma perda máxima de 2,5% (dois e meio por cento) de ligações; para o caso de regulação via Internet, também será tolerada uma perda máxima de 2,5% (dois e meio por cento) das solicitações. Esses parâmetros estabelecem a qualidade mínima exigida para o serviço, sendo inaceitável parâmetros inferiores a esse, que devem ser medidos mensalmente para efeito de pagamento dos serviços. Em caso de descumprimento, será calculada uma multa à contratada.

O licitante deverá possuir infraestrutura de retaguarda de comunicação para prover acesso aos prestadores em caso de inoperância do sistema principal, isso é telefones celulares, fax e outros meios. Para cada segmentação a ser contratada é necessário possuir pelo menos 4 PAs (Posições de Atendimento) diurnas e pelo menos 2 PAs noturnas, além de médicos adequados para responder às demandas da CONTRATADA. Estima-se um mínimo de 6 médicos reguladores para atender às demandas do ambulatório da CONTRATADA, e cerca de 4 médicos reguladores para atender às demandas da segmentação hospitalar. Sem contar em pelo menos 3 médicos trabalhando em plantão, para atender as demandas recebidas em horários noturnos, finais de semana e feriados, por

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



segmentação. Além disso, estima-se um mínimo de 3 enfermeiras reguladoras para atender às demandas do ambulatório da CONTRATADA, e cerca de 2 enfermeiras reguladoras para atender às demandas da segmentação hospitalar. Sem contar em pelo menos 2 enfermeiras adicionais, trabalhando em plantão, para atender as demandas recebidas em horários noturnos, finais de semana e feriados, por segmentação.

6.3. Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas

A CONTRATADA deverá realizar as atividades de faturamento, que inclui a recepção das contas em sistema compatível com o TISS, além da auditoria e revisão de contas, para cada um dos segmentos licitados. Para um melhor entendimento do que está associado a cada serviço, uma breve descrição é fornecida a seguir:

- a) Revisão Técnica - consiste em analisar as faturas verificando a correta cobrança de materiais, medicamentos, procedimentos e taxas inerentes de cada atendimento/internação. Podendo ser antecipada (pré), ou seja, quando ocorre a visita do médico(a) e do enfermeiro(a) auditor(a) ao hospital e há a conferência com o prontuário do paciente, e posterior (pós), quando for feita nas instalações da CONTRATANTE, e há a conferência com os relatórios do paciente;
- b) Revisão Administrativa - consiste em analisar faturas verificando a compatibilidade de tabelas acordadas entre o IASPI e os Prestadores de Serviços da Rede Credenciada, tanto em nível de valores, quanto de regras estabelecidas, glosando os valores cobrados indevidamente. Podendo ser antecipada (pré), ou seja, quando ocorre a visita do médico(a) e do enfermeiro(a) auditor(a) ao hospital e há a conferência com o prontuário do paciente, e posterior (pós), quando for feita nas instalações da CONTRATANTE, e há a conferência com os relatórios do paciente;
- c) Contas Hospitalares de Pacientes Internados - referem-se às contas oriundas de atendimento com internação do usuário do IASPI (internação hospitalar ou domiciliar - home care);



- d) Contas de Pacientes Atendidos em Ambulatório - referem-se às contas oriundas de atendimento ou procedimentos realizados nos usuários do IASPI em ambulatório, isto é, em situações eletivas ou de urgência, que podem ou não gerar internação. E que tem como característica a cobrança de materiais e medicamentos, incluindo procedimentos de alto custo;
- e) Contas de Pacientes Atendidos em Serviços Odontológicos - referem-se às contas oriundas de consultas e tratamentos odontológicos realizados nos usuários do IASPI;
- f) Visita Médica Hospitalar, Home Care, ou no domicílio do usuário - visita realizada com o objetivo de verificar in loco a correta utilização de materiais, medicamentos, realização de procedimentos e exames, e cobrança de taxas inerentes a cada tipo de atendimento, a partir de análise de prontuário, laudos médicos, pareceres, resultados de exames, autorizações e da avaliação in loco do usuário.
- g) Perícia - avaliação do usuário, antes ou após a realização de algum atendimento assistencial, visando identificar a adequação de sua realização, seja ela realizada presencialmente ou via contato telefônico com o usuário e preenchimento de questionário.

O faturamento e processamento de contas é realizado com base nos dados e informações contidos nos documentos utilizados para cobrança dos serviços de saúde prestados aos usuários, disponibilizados pelos prestadores quando da cobrança dos serviços, na forma de exame e verificação, tendo como característica primordial a completude de preenchimento. Os documentos supramencionados referem-se ao prontuário do paciente, com o conteúdo completo (registro de toda a assistência prestada, laudos de comprovação da realização do procedimento nos casos em que se aplica, uso de prótese e, ou, materiais especiais, selo/código de barra de produtos, documentos de SADT, boletins cirúrgico e anestésico e outros pertinentes), guias, conta hospitalar, nota fiscal e outros cabíveis. A forma de atuação será o exame e a verificação nos referidos documentos.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



A operacionalização da auditoria ficará a cargo de equipe constituída pela CONTRATADA, que integrará o corpo técnico de auditores, constituída por médicos de diversas especialidades, incluindo, preferencialmente, clínicos, cirurgiões, cardiologistas, neurologistas, traumato-ortopedistas, além de dentistas e enfermeiros, com atuação no Piauí.

A revisão administrativa consiste, basicamente, na conferência das quantidades de itens de serviços cobrados e dos valores respectivos, além do ajuste de tais variáveis quando da aplicação de glosas pelos auditores, incluindo ainda demais ajustes decorrentes dessas aplicações.

A operacionalização da revisão administrativa ficará a cargo da equipe de revisores constituída pela CONTRATADA, cuja atuação é complementar à do auditor, estando condicionada à aprovação da gerência dos planos de assistência à saúde.

O processamento das contas é realizado com o apoio de um sistema de faturamento para planos de assistência à saúde, que deve permitir o registro de todas as incorreções detectadas durante o processo de auditoria e revisão de contas, gerando assim a fatura mensal para cada prestador de serviço.

Para operacionalização do faturamento, auditoria e revisão de contas serão necessários pelo menos 6 faturistas, 4 auditores médicos, 4 auditores enfermeiros e 4 revisores de conta, por segmentação.

6.4. Gestão da carteira e cobrança

A gestão de carteira consiste na realização de inclusão/exclusão de titulares e dependentes além da identificação e negociações de débitos remanescentes. Esta, por sua vez, deve oferecer aos usuários do IASPI os seguintes serviços:

- a) Análise e renegociação de débitos de cobranças passados;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- b) Geração e envio de boletos com os valores acordados durante o processo de negociação. Neste sentido, a CONTRATANTE deverá fornecer a CONTRATADA todas as políticas de cobrança de juros e multa;
- c) Realizar a baixa de manual de pagamentos de boletos realizados pelos usuários;
- d) Geração de relatórios informando débitos por competência e recuperação obtida ao longo do ano;
- e) Aplicar os descontos de débitos em arquivos que serão enviados para a geração do débito no contracheque dos usuários.

A gestão de carteira do IASPI deverá ser instalada em estabelecimento da CONTRATADA, na região metropolitana de Teresina e contar com Pontos de Atendimento (PA) dimensionados para realizar o atendimento telefônico necessário à carteira;

A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica para comunicação dos usuários sendo a titularidade e os custos da linha e conta telefônica de sua inteira responsabilidade,

A CONTRATADA deverá garantir estrutura com recursos tecnológicos necessários ao atendimento de operações simultâneas, garantindo com isso a informação ou prestação de serviços sem solução de continuidade.

O Nível mínimo de serviço a ser prestado pela central, na modalidade de call center, deve ser de 90% (noventa por cento) das ligações atendidas no tempo máximo de até 30 segundos. Esses parâmetros estabelecem a qualidade mínima exigida para o serviço, sendo inaceitável parâmetros inferiores a esse, que devem ser medidos mensalmente. Em caso de descumprimento, será calculada uma multa à contratada.

Ainda para central de atendimento telefônico (call center) será tolerada uma perda máxima de 2,5% (dois e meio por cento) de ligações; para o caso de atendimento via Internet, também será tolerada uma perda máxima de 2,5% (dois e meio por cento) das solicitações. Esses parâmetros estabelecem a qualidade mínima

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



exigida para o serviço, sendo inaceitável parâmetros inferiores a esse, que devem ser medidos mensalmente para efeito de pagamento dos serviços. Em caso de descumprimento, será calculada uma multa à contratada.

A CONTRATADA deve oferecer (em formato digital) quando solicitado pelo usuário titular do plano de assistência todos os registros telefônicos dos áudios gravados realizados durante o processo de gestão da carteira. Para operacionalização da gestão de carteira e cobrança serão necessários pelo menos 3 (três) analistas administrativos por segmentação a ser contratada.

6.5. Gestão e Suporte para a Rede Credenciada

A CONTRATADA deverá disponibilizar um serviço de gestão e suporte para a rede credenciada, em caráter 24x7, por meio de uma Central de Atendimento, composta por atendentes, analistas de negócios e analistas de manutenção.

Esta central tem como objetivo sanar dúvidas relacionadas com a operação dos sistemas de informação, bem como regras dos planos de assistência à saúde, em suas diferentes segmentações, além de registro de problemas encontrados com o seu uso. Esta central também deve ser sediada em Teresina.

A CONTRATADA deve apoiar o credenciamento de novos prestadores, realizando visitas e inspeções nas instalações dos prestadores candidatos, quando solicitado pela direção do IASPI, emitindo um relatório técnico para cada proponente, para dar subsídios sobre a aceitação ou não de novos integrantes na rede credenciada.

A CONTRATADA deve realizar periodicamente o cálculo de suficiência da rede, apontando necessidades e indicando especialidades com excesso ou escassez de prestadores, para que a diretoria do plano decida sobre o dimensionamento ideal da rede.



A Central de Atendimento à Rede deverá atuar com os seguintes níveis de serviço, observando como parâmetro um TMA (Tempo Médio de Atendimento de 8 minutos por evento regulatório):

- a) TMF (Tempo Médio em Fila) máximo de 2 minutos;
- b) 90% das chamadas atendidas em até 30 segundos;
- c) Perda máxima de chamadas de 2,5%.

O licitante deverá possuir infraestrutura de retaguarda de comunicação para prover acesso aos prestadores em caso de inoperância do sistema principal, isso é telefones celulares, fax e outros meios.

Para cada segmentação a ser contratada é necessário possuir pelo menos 2 enfermeiras para visitas e acompanhamento dos credenciamentos de novos prestadores à rede, além de um analista administrativo para cuidar dos trâmites burocráticos e na solução de problemas.

6.6. Central de Atendimento para Usuários dos Planos de Assistência

A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte de atendimento, através de uma Central de Atendimento, composta por atendentes, analistas de negócios e analistas de manutenção, sendo o fluxo de atendimento efetuado em até 4 (quatro) níveis de severidade.

O Serviço de Suporte corresponde ainda o apoio para sanar dúvidas relacionadas com a operação de inovações prescritas pela equipe de apoio à gestão, incluindo ainda configuração e uso do software de apoio ou para correções em problemas detectados, tanto no modelo de gestão, quanto no seu ferramental de apoio. O serviço deve ser realizado nas instalações da CONTRATADA, dependendo da natureza do erro e das condições de reproduzi-lo para análise e identificação da causa motivadora.

O serviço de Atendimento Remoto corresponde ao atendimento, por telefone ou e-mail para solução de problemas (suporte técnico

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



para o tratamento de falhas, dúvidas, orientações técnicas para a perfeita utilização da solução e investigação de supostos erros) para garantir a plena utilização e funcionamento da solução no ambiente operacional do órgão.

Os serviços de Suporte, Atualização e Atendimento remoto deverão atender o Acordo de Níveis de Serviços para a solução de problemas reportados pelo IASPI. Os problemas serão categorizados por nível de severidade, impacto na condição operacional no Sistema de Informação para Gestão do Plano de Assistência e expectativa de prazo máximo de atendimento.

O suporte em seus diversos níveis estará disponível no horário comercial por meio de serviço de atendimento via telefone e via Internet, com atendimento remoto para sanar dúvidas técnicas.

Os chamados de Severidade 1 (nível de maior importância, considerado URGENTE) deverão ser atendidos num prazo de 1 (uma) hora após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATADA a fim de aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, 4 (quatro) horas, impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. O atendimento a chamados de Severidade 1 não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento do serviço envolvido, mesmo que se estenda para períodos noturnos e dias não úteis como sábados, domingos e feriados. Se, após 4 (quatro) horas de iniciado o atendimento remoto a um chamado com Severidade 1, o serviço afetado não tiver sido restabelecido, o atendimento local deverá ser iniciado em no máximo 1 (uma) hora após esgotado o prazo de 4(quatro) horas de atendimento remoto.

Os chamados classificados com Severidade 2 (muito importante) deverão ser atendidos num prazo de até 4 (quatro) horas após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATADA, a fim de aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, 24 h (vinte e quatro horas), impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. O atendimento a chamados classificados com Severidade 2 não poderá ser interrompido até a

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



recuperação do funcionamento dos serviços, equipamentos e aplicações envolvidos, mesmo que se estenda para períodos noturnos e dias não úteis como sábados, domingos e feriados.

Os chamados classificados com Severidade 3 (considerados importantes) deverão ser atendidos num prazo de até 6 (seis) horas após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATADA com vistas a aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, até 48h (quarenta e oito horas), impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. Os chamados classificados com Severidade 3, quando não solucionados no tempo definido, serão automaticamente escalonados para nível de Severidade 2, sendo que os prazos de atendimento e de solução do problema bem como os prazos serão automaticamente ajustados para o novo nível de severidade.

Os chamados classificados com Severidade 4 (normal) deverão ser atendidos em, no máximo, 24h (vinte e quatro horas) após a abertura, devendo ser solucionado em definitivo em até cinco dias úteis.

A CONTRATADA deverá garantir o atendimento dos chamados de manutenção corretiva dentro dos prazos de atendimentos descritos acima, de acordo com a classificação no nível de severidade definida pela Assessoria de Informática designada pelo IASPI, seja ela própria, composta por colaboradores do próprio IASPI, ou composta via colaboradores de outros órgãos, mas com formalização via IASPI.

Será aberto um chamado técnico para cada problema reportado. O chamado será registrado em sistema próprio da CONTRATADA, com indicação da data e hora da abertura, e terá o seu identificador repassado ao técnico da equipe de Assessoria de Informática do IASPI que efetuar o chamado, para que seja feita a verificação dos tempos de atendimento.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



Todos os custos de deslocamentos, alimentação e hospedagem de representantes da CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo ao IASPI qualquer ônus adicional.

A CONTRATADA deverá oferecer relatórios mensais de acompanhamento de chamados, contendo a descrição dos mesmos, a solução adotada e indicadores de desempenho (por exemplo, tempo entre a abertura e o início da solução, tempo gasto para a conclusão do atendimento, etc.).

O não cumprimento dos níveis de serviço acima descritos acarretarão em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço necessário à solução do problema em questão (Gestão de Operação ou Suporte Técnico Local) multiplicado por cada hora de atraso na solução do chamado, dividido pelo nível de severidade do mesmo.

A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda serviços de atendimento para os usuários funcionando como um canal de comunicação, via tele atendimento ou atendimento eletrônico, para captura de reclamações, sugestões, avaliações de atendimento e questionamentos dos usuários do plano.

Cada demanda registrada deve ser direcionada para o setor responsável, gerando um protocolo de atendimento. As demandas devem ser respondidas em um prazo máximo de 5 dias úteis após sua interposição.

Deverá ser gerado um relatório de demandas, agrupados por tipo de demanda e formas de tratamento das questões. Essa análise deverá ser subsidiada com a sugestão de ações de melhoria que visem ampliar a qualidade dos planos de assistência à saúde, incluindo reuniões com prestadores, elaboração de comunicados à população e mudanças na rede.

Uma parte dos atendimentos ambulatoriais, odontológicos e das internações, definidas pelo IASPI, deve ter sua qualidade aferida, via aplicação de formulário de pesquisa de satisfação

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



aplicado aos usuários do plano, feito pelo canal de comunicação com os usuários definidos, visando identificar problemas nos atendimentos e assim criar um canal permanente de avaliação da rede.

Para cada segmentação a ser contratada é necessário possuir pelo menos 4 PAs (Posições de Atendimento) diurnas, em horário comercial.

6.8. Apoio à Gestão

A licitante deve prestar serviço de assessoramento no dimensionamento e na negociação da rede credenciada e prestadoras de serviços assistenciais de saúde, em conformidade com a regionalização e planejamento estratégico de crescimento dos planos.

A licitante deve realizar uma avaliação de serviços da Rede Credenciada, de caráter técnico-médico-odontológico e administrativo, ou negocial, sempre oferecendo ao IASPI subsídios e embasamentos para a tomada de decisão.

A licitante deve realizar análise quantitativa do comportamento da carteira, incluindo exames e número de consultas, tempo médio de internação, morbidade, taxa de crescimento da carteira, evolução da idade média, dentre outros aspectos a serem acompanhados.

A licitante deve gerar relatórios de gestão referentes a execução do serviço, visando controles epidemiológicos, administrativos e financeiros, com entregas regulares à Diretoria do IASPI, devidamente customizados segundo suas necessidades, contendo como dados mínimos, para cada segmentação:

a) Ambulatório: Quantidade de consultas, Valor de consultas, Quantidade de exames, Valor de exames, Média de exames por consulta, Custo médio do exame, Quantidade de consultas de

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



urgência, Valor dos atendimentos de urgência, Custo médio do atendimento de urgência, Quantidade de tratamentos seriados, Valor de tratamentos seriados, Custo médio do tratamento seriado.

b) Odontológico: Quantidade de consultas odontológicas, Valor de consultas odontológicas, Quantidade de tratamentos odontológicos, Valor de tratamentos odontológicos, Custo Total Odontológico, Custo Médio Odontológico per Capita.

c) Hospitalar: Quantidade de internações eletivas, Valor de internações eletivas, Custo médio de internações eletivas, Quantidade de internações de urgência, Valor de internações de urgência, Custo médio de internações de urgência, Valor total de internações, Custo médio de internações.

A CONTRATADA deve assessorar a gestão financeira, com acompanhamento detalhado da cobrança junto aos órgãos estaduais, estudo da análise de impacto financeiro dos custos assistenciais gerados por cada órgão e sugestão de ajustes no modelo de contribuição e de coparticipação, visando a estabilidade financeira dos planos.

A CONTRATADA deve realizar estudos constantes sobre a melhoria da eficiência de planos assistenciais à saúde, eventualmente apresentando à direção do IASPI mudanças no modelo de gestão que visem melhorar a eficiência dos planos assistenciais mantido pelo órgão, a partir da elaboração de sugestões de mudanças, adaptações e criação de novos processos, juntamente com mecanismos para sua efetiva implantação, incluindo ainda todos os recursos necessários para tal, tais como manuais, protocolos e guias, além da especificação detalhada de novas funções a serem implementadas no sistema de informação para gestão dos planos assistenciais.

A CONTRATADA deve apresentar inovações obtidas junta ao mercado de planos de saúde no Brasil, apresentando oportunidades de melhoria nos planos de assistência existentes, com apresentação de novos modelos de arrecadação, novos mecanismos de controle e novos meios de fiscalização para combate ao desperdício.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



A licitante deve identificar e monitorar os indicadores chaves para cada segmentação, mantendo o acesso disponível em dispositivos móveis do tipo smartphone, com operação em tempo real, ligado à base de dados do sistema de informação, alertando sobre comportamento anormal através de e-mail, mensagens PUSH e SMS, a ser usado pela direção do IASPI.

A CONTRATADA deve possuir pelo menos um profissional de saúde com experiência na gestão de planos de saúde, para cada segmentação, para auxiliar na tomada de decisão e elaboração de planos estratégicos para o órgão.

6.9. Prevenção e Promoção à Saúde

A licitante deve realizar diagnóstico para aplicação dos trabalhos de prevenção, rastreando as principais doenças crônicas não transmissíveis, a partir da proposição de questionários de avaliação e do histórico de utilização dos usuários, para selecionar pessoas que, por sua condição de saúde, utilização e análise dos custos, sejam classificados para participação em programas de monitoramento preventivo continuado.

A partir da classificação de saúde inicial, efetuar nova aplicação de questionário, para aprofundar o conhecimento dos selecionados, e assim confirmar a necessidade de participação no programa, para então iniciar a fase de convencimento para efetiva participação.

Os programas de prevenção de doenças e de promoção à saúde com os usuários selecionados deve abranger um conjunto de ações reconhecidos por evidência médica para prevenção, por meio de dispositivos eletrônicos, por telefone, presencial, individuais ou coletivos, conforme doenças e perfil do público alvo. No mínimo devem ser inclusos as seguintes doenças/fatores de risco: hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



Os serviços da central de monitoramento devem obrigatoriamente ser executados por profissionais de saúde, de nível técnico ou superior, sempre supervisionados por profissionais de saúde graduados.

A contratada deve orientar e gerar documentos sobre educação em saúde, disponibilizando para os acompanhados em formatos que sejam de fácil acesso. Todo o conteúdo para o processo educativo deve ser desenvolvido e mantido tecnicamente pela contratada.

A contratada deve ainda implementar e manter cuidado integrado aos usuários gerenciados, monitorando-os permanentemente, além de registrar as informações clínicas e gerenciais dos monitorados, integrando com o sistema de informação usado no plano assistencial, para identificar atendimentos e alertar os responsáveis pelo programa para acompanhar os usuários monitorados.

A contratada deve gerar relatórios semestrais de uso dos planos assistenciais, comparando os usuários acompanhados pelo programa, comparando custos antes e depois da efetiva entrada nos programas.

A CONTRATADA deve possuir uma equipe composta por 1 enfermeira, 1 assistente social, 1 psicólogo e 2 (dois) analistas administrativos, para execução dos serviços ligados a cada segmentação a ser contratada.

6.10. Disponibilização do Software para Gestão de Planos de assistência à saúde

O IASPI Saúde adquiriu em 2013 um sistema de informação para seu plano ambulatorial e odontológico, que se encontra em efetiva operação e atendendo satisfatoriamente todas as exigências dos planos assistenciais. O sistema de informação adquirido foi desenvolvido utilizando a tecnologia Java e frequentemente necessita de ajustes para adaptá-lo às necessidades associadas à

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



mudança de legislação, melhoria nos processos, implementação de novas funcionalidades, dentre outros.

No âmbito hospitalar o sistema atualmente em uso possui as funcionalidades básicas para controle do plano assistencial hospitalar, mas poderia ser otimizado caso incluísse funções para permitir troca de informações via TISS, melhoria nas funções de acompanhamento e controle da regulação, auditoria e faturamento, além de incluir controles adicionais para identificar situações anormais que poderiam levar o plano assistencial hospitalar a uma situação financeira delicada.

Para garantir as melhorias desejadas pelo IASPI, a licitante vencedora da fase de rodadas de lances, antes da fase de habilitação, deverá apresentar o sistema de informação para gestão de planos hospitalares, ao IASPI, que avaliará se o referido sistema atende às exigências contidas neste Termo de Referência, emitindo a declaração respectiva. Todos os mecanismos necessários para apresentação da ferramenta devem ser garantidos pela LICITANTE. Isso inclui a entrega de um documento com o mapeamento entre os requisitos constantes neste Termo de Referência e as funções existentes no sistema a ser apresentado, que deverá constar no envelope da proposta de preço. Além disso, será necessário a entrega de um Manual de Operação da Solução, obrigatório para avaliação deste item, também na proposta de preço. Esse manual deve apresentar cada funcionalidade do sistema, com descrição das telas associadas e fluxo de execução.

A Referida apresentação deverá ser realizada com base real de dados, mediante autorização formal de um cliente da empresa licitante, autorização que deverá constar no envelope de proposta de preços.

A licitante terá até 180 minutos para apresentar a os requisitos exigidos nesta licitação. Será considerada desclassificada a LICITANTE que apresentar solução que não atenda a, no mínimo 80% dos requisitos exigidos neste termo, ou que não apresentar

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



documento com o mapeamento entre os requisitos solicitados e as funções do sistema, além do manual do usuário.

Os demais 20% que não constam na solução oferecida, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

A LICITANTE deverá apresentar ainda, na proposta de preços, um plano de implantação do sistema, que preveja atividades, com sua descrição, prazo de execução (em dias), dependência com outras atividades e responsabilidade de execução, visando com isso detalhar todas as atividades de implantação e servir como um cronograma a ser acompanhado das atividades. A ausência desse documento implica na desclassificação da proposta da LICITANTE.

A CONTRATADA compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, do IASPI.

Toda a base de código do sistema de gestão ofertado deverá ser cedida ao IASPI, via termo de cessão formal, incluindo os manuais de operação e documentação técnica do sistema. Por conta disso não serão aceitas soluções de terceiros (que não sejam de propriedade da LICITANTE ou que tenham cedidos seus direitos patrimoniais sobre o software, sejam parciais ou totais). A LICITANTE deve ser a proprietária sobre as ferramentas/sistemas ofertados, garantindo assim a continuidade do serviço e sua evolução durante o seu período de contratação. Tais fontes ficarão sob a guarda e responsabilidade do IASPI, não podendo o mesmo copiar, vender, alugar, ceder integral ou parcialmente tais códigos sem a prévia anuência da CONTRATADA. Os códigos fonte deverão ser atualizados anualmente, ou a pedido do órgão, e serão auditados pelo IASPI.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



É de uso e propriedade total da CONTRATANTE todas as informações alimentadas no banco de dados da solução proposta pela CONTRATADA em seu estado original de uso do software, durante toda a vida útil do sistema, desde a sua implantação.

A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que está obrigada.

Os requisitos mínimos para a solução de gestão do plano assistencial para segmentação hospitalar são detalhados no Anexo I deste Termo de Referência. Além de disponibilizar o software, a CONTRATADA deve ser responsável pela migração de todas as informações contidas no software em uso na CONTRATANTE.

6.11. Estudos atuariais

A CONTRATADA deve gerar um relatório expondo a situação atual do IASPI, para cada uma das segmentações contratadas, relatando pontos fortes, pontos críticos e ações emergenciais para o órgão. Deverão ser apresentadas sugestões macro de direcionamento para que o IASPI possa melhorar seus indicadores financeiros.

O Relatório de Diagnóstico apresentará obrigatoriamente em seu conteúdo:

- a) Estudo da utilização dos serviços de saúde, que: i) estabeleça uma comparação dos percentuais de utilização com os padrões do mercado piauiense; ii) elaboração de uma análise do perfil atual de consumo de serviços, comparando-o com o mercado piauiense; iii) identificação da produção de serviços atual por setor da Rede Credenciada do IASPI, estimando a produção otimizada desses setores.
- b) Avaliação da estrutura de financiamento, incluindo: i) contribuições dos servidores, com análise detalhada da contribuição atual em relação às diferentes faixas salariais e vinculação funcional dos servidores; ii) análise da base de

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



incidência das contribuições dos servidores por faixa de renda, vínculo funcional, com vistas a subsidiar a formulação das alternativas de custeio para os planos assistenciais do IASPI; iii) fluxo de caixa do sistema atual.

c) Estudo sobre a adequação da rede credenciada a` demanda identificada.

d) Projeção econômica e financeira do sistema atual para os próximos cinco anos.

e) Elaboração de cenário contemplando a estrutura atualmente existente, seus impactos na qualidade dos serviços e na possibilidade de atendimento aos usuários dos planos assistenciais.

f) Elaboração de cenário contemplando a adequação dos serviços ao padrão desejável de atendimento e seu impacto frente ao modelo de financiamento existente.

A CONTRATADA deve ainda realizar uma Avaliação Atuarial Básica e Projeções, contendo: i) estatística descritiva dos dados; ii) Análise do perfil demográfico e assistencial dos usuários; iii) Estudo dos principais riscos demográficos e assistenciais identificados; iv) Projeções atuariais e estatísticas das receitas, custos assistenciais e resultados financeiros; v) Cálculo da inflação assistencial.

A CONTRATADA deve ainda realizar uma Precificação Atuarial, visando assim estabelecer um comparativo entre os valores associados a um plano de mesma cobertura no âmbito privado, para contrapor com os valores cobrados no âmbito público. Esse estudo deve detalhar: i) Cálculo do prêmio de risco (PR); ii) Cálculo do Prêmio Puro (PP); iii) Cálculo do Prêmio Comercial (PC) (preço final). Tais indicadores poderão ser usados para eventualmente justificar mudanças no modelo de cobrança utilizado pelos planos de assistência do IASPI.

7. PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A totalidade dos serviços objeto do contrato deverão ser iniciados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



assinatura do contrato. Caso a empresa vencedora não esteja instalada em Teresina, ela terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, para instalar-se. Este prazo não será contado como de execução dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- a) Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme determina a Lei nº 8.666/93, observando as disposições do contrato, do edital e deste Termo de Referência.
- c) Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o previsto neste Instrumento.
- e) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.
- f) Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.
- g) A **CONTRATANTE** obriga-se a adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a CONTRATADA de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados, estabelecidas através de diretrizes necessárias ao disciplinamento dos serviços administrativos e técnicos, consubstanciadas nas seguintes ações:

- 1. Normatização e padronização das demandas e solicitações efetivadas;
- 2. Gestão dos recursos financeiros e dos serviços previstos;
- 3. Estabelecimento de sistematização de entrega, recepção e operacionalização dos serviços da Rede contratados;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



4. Gerenciamento dos serviços em operação de forma a garantir a interoperabilidade e racionalização dos recursos;
5. Análise das questões relacionadas com o desenvolvimento, implantação e operacionalização dos serviços prestados, identificando eventuais problemas, diagnosticando-os e propondo medidas preventivas e corretivas;
6. Estabelecimento de propostas de padrões para o acompanhamento e avaliação sistemática dos resultados, de acordo com os níveis de serviços e qualidades requeridas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações descritas neste Termo de Referência, obriga-se ainda a **CONTRATADA**:

- a) Inteirar-se dos critérios e normatizações do IASPI.
- b) Elaborar e entregar previamente, em conjunto com a **CONTRATANTE**, o cronograma mensal, dos profissionais em saúde que irão atuar na execução do contrato;
- c) Promover e comunicar à **CONTRATANTE** rodízio trimestral dos profissionais de saúde que exercerem alguma atividade junto à rede prestadora;
- d) Garantir toda a segurança dos sistemas informatizados utilizados na operacionalização deste contrato.
- e) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, a relação de toda a equipe informando as inscrições nos respectivos conselhos profissionais e cargos a serem desempenhados, conforme prescrições contidas neste documento.
- f) Apresentar declaração formal, subscrita por representante legal da pessoa jurídica, comprometendo-se, a manter sede na cidade de Teresina-PI, com estrutura mínima para realização de reuniões mensais com o IASPI.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. DA REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consiste em:

a) Certidão Negativa de pedido de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida na sede da pessoa jurídica, pela autoridade competente, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data fixada para recebimento dos envelopes;

b.1) Os balanços e demonstrações devem conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

b.2) A boa situação da empresa será comprovada através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores a 1,0 (um) extraídos do Balanço Patrimonial, que poderão vir calculados pela licitante, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

- . **b.3)** A licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta escrita do lote, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1 A documentação relativa à qualificação técnica, para os LOTES 01 e 02, consiste em:

- c) Comprovante de registro ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Medicina.
- d) Atestado (s) de Capacidade Técnica, passado (s) em papel timbrado, por entidade (s) pública (s) ou privada(s), que comprove(m) a prestação pela licitante de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, incluindo necessariamente os seguintes serviços principais:
 - ix) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos de assistência à saúde, tendo atuado no desenvolvimento e manutenção de uma solução tecnológica para plano de assistência;
 - x) Que a licitante possui experiência na implantação ou manutenção de um modelo descentralizado de assistência, sem a necessidade de uma central de marcação de consultas, exames ou outros eventos em saúde;
 - xi) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos que possuem controle financeiro, calculados

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- anualmente, a partir do equilíbrio entre as receitas oriundas das contribuições de seus beneficiários e as despesas assistenciais apuradas no período;
- xii) Que a licitante possui experiência no apoio à gestão de planos que possuem avaliação da qualidade do atendimento prestado, tendo obtido índice de aprovação acima de 80%;
 - xiii) Que a licitante possui experiência na prestação de serviços assistenciais, identificando biometricamente tanto os usuários do plano quanto seus profissionais de saúde;
 - xiv) Que a licitante atuou executando ou apoiando a Gestão de Carteira, Gestão da Rede Credenciada, Controle Assistencial (Central de Regulação e Auditoria), Promoção e Prevenção em Saúde, Apoio à Gestão, com descrição clara, que todos os processos são realizados via sistemas disponíveis na Internet;
 - xv) Será considerado compatível o atestado que contenha a descrição dos serviços de apoio à gestão de planos de assistência à saúde, públicos ou privados, que possuam quantidade de usuários/beneficiários superior a 100.000 (cem mil), por no mínimo 1 ano.
 - xvi) Comprovação da licitante de que possui experiência na manutenção de sistemas de gestão para planos de saúde, na linguagem Java, pelo período mínimo de 1 (um) ano.

10.4.2. A documentação relativa à qualificação técnica operacional, para o LOTE 03, consiste em:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, passado (s) em papel timbrado, por entidade (s) pública (s) ou privada(s), que comprove(m) a prestação pela licitante de serviços de cálculos atuarias para planos de saúde.

10.4.3. A documentação relativa à equipe técnica para os LOTES 01 e 02 consiste em:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- e) Tecnologia da Informação: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior em informática, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços de manutenção de sistema de gestão de planos de saúde em Java;
- f) Coordenador Geral do Contrato: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior com atestado de experiência na coordenação de contratos de gestão/administração de planos de saúde e todos os serviços que compõem o sistema de gestão de saúde;
- g) Gestor de Carteira e Rede: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente profissional com experiência e detentor de atestado de capacidade técnica na Gestão de Carteira e Gestão da Rede Credenciada;
- h) Responsável Técnico Médico, com experiência comprovada mínima de 02 (dois) anos e detentor de atestado de capacidade técnica, na supervisão de Central de Regulação e na supervisão de serviços de Auditoria;

10.4.4. A documentação relativa à equipe técnica para o LOTE 03 consiste em:

- b) Atuário: comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços cálculos atuarias para planos de saúde, devidamente inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária;

10.4.5. A comprovação do vínculo permanente do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) técnico(s) será feita mediante cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Ficha ou Livro de Registro de Empregados; Contrato de Trabalho firmado ou Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



- b) Contrato social ou Ata de Eleição da Diretoria, devidamente arquivados no Registro próprio, se o(s) profissional(is) for(em) sócio(s) da empresa licitante;
- c) Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes, na forma da lei civil, e com firmas reconhecidas;
- d) Termo através do qual o profissional assuma o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado, devidamente reconhecido firma em cartório, acompanhado ainda de documento de identificação com foto, autenticado em cartório, e documento de registro do conselho profissional associado, também autenticado em cartório.
- e) Registro de responsabilidade técnica junto a um órgão representativo da área de planos de saúde, como conselhos de profissionais em saúde.
- f) Declaração de futura disponibilidade

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não será permitida a participação sob a forma de Consórcio.

12.2. É vedada a participação de plano privado de assistência à saúde, assim definido como sendo de prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica e hospitalar, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.

12.3. Será permitida exclusivamente, mediante a anuência da **CONTRATANTE**, a subcontratação dos serviços técnicos de auditoria, ficando sob inteira responsabilidade da licitante, em

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



relação a subcontratação permitida, a qualidade, a fidelidade ao objeto e a garantia sobre a totalidade dos serviços prestados.

12.4. É vedada a participação de empresas declaradas inidôneas pela administração pública ou que estejam impossibilitadas de licitar ou contratar com a administração.

12.5. É vedada, no lote 03, a participação de empresas que não estejam enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006.

13. DA PROVA DE CONCEITO PARA O LOTE 02

A prova de conceito ocorrerá na forma do Anexo I deste Termo de Referência.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

O certame terá por finalidade o registro de preços, por ser mais conveniente a contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, na forma do inciso II do art. 10 do Decreto Estadual nº 11.319/2004;

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Os órgãos ou entes que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Secretaria de Administração e Previdência, na forma do art. 35, § 5º, V, da Lei Complementar Estadual nº 28/2003, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na



totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16. DA FONTE DE RECURSOS

O valor da presente contratação, caso sejam contratados, serão pagos com recursos próprios do IASPI, advindas da seguinte dotação:

UG: 210201,
PROJETO/ATIVIDADE: 2051,
ELEMENTO DE DESPESA: 339039,
FONTE DE RECURSOS: 22.

Teresina, 04 de abril de 2019.

Lívia Nogueira Pereira
Diretoria de Unidade Administrativa

Aprovo, em 04 de abril de 2019.

Daniele Amorim Aita
Diretora-Geral do IASPI



Anexo I
Requisitos do Sistema de Gestão de Planos de Saúde
(LOTE 02)

PROVA DE CONCEITO - POC

Roteiro Metodológico para Teste e Conformidade

1. A Prova de Conceito - POC é fator primordial à comprovação da capacidade técnica da licitante na fase de habilitação. Consiste da demonstração de que sua solução atende integralmente aos requisitos mínimos necessários à solução em aquisição. Ela pode ajudar ao desenvolvedor do produto a identificar problemas técnicos e logísticos potenciais que possam interferir nos resultados esperados pela Contratante, no sucesso do produto desenvolvido, reduzir os riscos técnicos e torná-lo escalável;

1.1. Em termos práticos a principal finalidade da Prova de Conceito é garantir que o protótipo desenvolvido pela Licitante seja viável, ou seja, que demonstre que a ideia funcionará de acordo com o objeto do certame na prática;

1.2. A prova de conceito possui caráter eliminatório, ou seja, ocorrerá à desclassificação da licitante caso a mesma não atenda às situações previstas neste Anexo;

1.3. A Licitante vencedora provisoriamente na fase de lances, no Lote 02, será convocada pelo Pregoeiro para na forma prevista nas fases e eventos deste Anexo, submeter-se-á à Prova de Conceito - POC, etapa complementar à comprovação da capacidade técnica para efeitos de habilitação.

1.4. Nesta etapa do Certame a sessão será suspensa administrativamente pelo Pregoeiro para dar início à realização da Prova de Conceito da solução ofertada pelo licitante;



2. A aplicação da Prova de Conceito é de inteira responsabilidade da Comissão Técnica por multiprofissionais do Estado do Piauí, cabendo-lhes a aferição da amostra efeitos de classificação, sendo seu resultado comunicado ao Pregoeiro para o prosseguimento do Certame;

2.1. Deverá ser convocada a licitante declarada vencedora, provisoriamente em primeiro lugar no certame, para apresentar a solução tecnológica, a fim de realizar a Prova de Conceito, onde serão avaliadas as funcionalidades e serviços do sistema, para verificação da existência de todos os requisitos considerados obrigatórios e de entrega imediata.

3. A execução da Prova de Conceito - POC engloba o EVENTO 1 e suas respectivas fases e prazos:

FASES	DESCRIÇÃO
01	A licitante declarada vencedora provisoriamente na fase de lances será convocada via chat pelo Pregoeiro para realizar a prova de conceito. A data será marcada pelo Pregoeiro e não poderá ser inferior a 05 (úteis) dias da data da convocação
02	As demais licitantes, caso tenham interesse em participar do PoC, devem entrar em contato com o Pregoeiro, para obter a data e local da Prova de Conceito - POC, através de pedido oficial via o e-mail a ser informado no Edital da licitação; A licitante, declarada vencedora provisoriamente na apresentação da proposta, deverá apresentar a Prova de Conceito de produto equivalente ao exigido no Objeto deste Edital;
03	A Sessão Oficial Pública da Prova de Conceito terá duração máxima de 12 horas, com duas sessões de 6 horas em dias úteis, em datas e horários a serem informados na Fase 1 (Evento I) pelo Pregoeiro e deverá comprovar, plenamente, os requisitos solicitados no Termo de Referência.

04	Encerrada a Sessão Oficial Pública, a Comissão Técnica informará preliminarmente a aceitação ou não da amostra apresentada.
05	Caso a empresa não obtenha a nota mínima para se classificar, a Comissão Técnica irá designar nova Sessão Oficial Pública, com prazo não inferior a 05 (cinco) dias do anúncio do resultado, para que a licitante possa apresentar somente os itens rejeitados devidamente ajustados para Comissão Técnica.
06	É facultado ao Pregoeiro e a Comissão Técnica, após a apresentação da licitante na sessão oficial pública do POC, a promoção de diligência, destinada a esclarecer dúvidas ou complementar a instrução do processo, através de visita "in loco" em algum estabelecimento que a Licitante tenha contrato vigente, idêntico ou afim ao Objeto deste certame, objetivando dirimir e/ou subsidiar os referidos esclarecimentos;
07	Ao término da Prova de Conceito - POC, a Comissão Técnica fará a tabulação dos dados e emitirá o parecer de avaliação do sistema apresentado pela Licitante, em até três dias úteis, entregando cópia ao Pregoeiro e sua cópia original inserida nos autos do processo;
08	Da Sessão Oficial Pública da Prova de Conceito será gerada ata circunstanciada pela Comissão Técnica, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

4. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES A SEREM SEGUIDAS SOBRE O EVENTO:

4.1. Todos os componentes necessários ao pleno funcionamento (data show, aplicativo, banco de dados, softwares e respectivas licenças) da POC deverão ser providos pela licitante declarada vencedora provisoriamente e instalados no seu próprio datacenter. A responsabilidade pela instalação, configuração e parametrização destes componentes é exclusiva da licitante.

Caberá à Comissão Técnica a disponibilização do local, acesso à Internet e dos servidores públicos que realizarão os testes;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

4.2. Fica facultado às demais licitantes, classificadas na posição imediatamente subsequente a da licitante declarada vencedora em primeiro lugar, acompanhar a Prova de Conceito - POC, no entanto, caso haja interesse, deverão comparecer com no máximo, um representante de cada licitante classificada e só será permitida a participação de mais de uma pessoa da mesma empresa, desde que, em dias diferentes;

4.3. Os participantes não poderão fazer perguntas ou interferir no teste, estarão apenas na condição de ouvintes. No caso de descumprimento de quaisquer destas regras, ou perturbação da ordem na Prova de Conceito - POC, a Presidente da Comissão Técnica e/ou o Pregoeiro, convidará o(s) participante(s) infrator(es) a se retirar(em) do recinto, sem possibilidades de retorno, até a finalização da Prova de Conceito;

5. AS SEÇÕES DESTA PROVA DE CONCEITO - POC POSSUEM OS SEGUINTE REQUISITOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS PELA LICITANTE PARA AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO TÉCNICA:

ID	Grupo	Requisito	PARÂMETRO	TESTE	RESULTADO ESPERADO	TIPO
1	Rede credenciada	Gestão de Prestadores	Deve ser possível cadastrar um prestador, seja pessoa física ou jurídica, informando dados básicos como nome, CNPJ ou CPF, código CNES, tipo, se recebe por horário especial na consulta de urgência, se	Realizar acesso ao sistema com o perfil de usuário Gestor do Plano e registrar os dados de um prestador que faz parte da Rede Credenciada. Incluí-lo em	Registro de um prestador, com criação de usuários e corpo clínico associado. Entrada no sistema com liberação das funcionalidades	Obrigatório

			recebe por horário especial na internação, especialidades associadas, corpo clínico e os usuários do sistema que irão ter acesso a partir desse prestador.	um plano. Entrar no sistema com os usuários ligados a tal prestador. Verificar se as opções de atendimento estão ativas.	ades de atendiment o.	
2	Rede credenciada	Gestão de Negociações com Prestadores	Deve ser possível parametrizar os procedimentos de acordo com negociações feitas com cada prestador para pagar valores diferenciados da tabela padrão. A negociação pode ser feita com Procedimentos, Diárias, Taxas, Gás, OPMEs, Honorários médicos, Pacotes e Tabelas Simpro e Brasíndice, permitindo assim uma grande flexibilização dos contratos firmados entre o convênio e a	Realizar acesso ao sistema com o perfil de usuário Gestor do Plano e registrar dados de negociação de valores, incluindo valores específicos para alguns itens de negociação, como diárias, taxas, procedimentos. Incluir pelo menos 3 elementos.	Registro de um prestador, com negociações de valores salvos.	Obrigatório

			rede credenciada.			
3	Carteira	Gestão de Beneficiários	A solução tecnológica deve permitir o registro de um beneficiário ao plano, com preenchimento do formulário de declaração de saúde. Devem existir campos para registro de Número do Cartão, Tipo de segurado Nome, Nascimento, Identidade, CPF, Sexo, Estado Civil, Produto, Tipo, Data de Adesão, Situação Cadastral, Carência restante. Deve ser possível incluir seus dependentes	Realizar acesso ao sistema com o perfil de usuário Gestor do Plano e incluir um titular vinculado ao plano, com 2 beneficiários. Preencher questionário de saúde. Verificar carências.	Beneficiário incluído, com dependente associado a um plano. Questionário de saúde para cada beneficiário salvo.	Obrigatório

4	Relatórios	Relatório de beneficiários	A solução tecnológica deve permitir gerar relatório com os filtros: Situação, Data Adesão, Data cancelamento, Idade mínima, Idade máxima, Sexo, Tipo Segurado, Grau de Parentesco, Município, com as colunas Número do Cartão, Nome, Tipo de Segurado, Parentesco, Data de Nascimento, Data de Adesão e Situação.	Realizar o acesso ao sistema com perfil de usuário Gestor do plano e gerar o relatório de beneficiários do convênio	O relatório deve ser exibido na tela de acordo com os filtros informados pelo usuário.	Opcional
5	Atendimento hospitalar	Atendimento de Urgência	A solução tecnológica deverá permitir registrar atendimentos de urgência para um beneficiário em um prestador, com registro da hora e usuário que realizaram a ação no sistema.	Realizar o acesso ao sistema com um usuário de prestador e registrar um atendimento de urgência.	Guia registrada no sistema com usuário e hora do registro.	Obrigatório

6	Atendimento hospitalar	Solicitar Internação para beneficiário do plano	A solução tecnológica deverá permitir registrar a solicitação de uma internação eletiva com as informações do Tipo de Tratamento, Médico solicitante, Especialidade, CID, Quadro Clínico, Acomodação, Permanência (dias), Procedimentos a serem realizados, Data de Realização, Profissional, Outros Honorários, Profissional, OPMEs, Medicamentos e Materiais associados.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador e registrar a solicitação de uma internação eletiva para um beneficiário ativo, com solicitação de procedimento com OPME, material e medicamento. Realizar solicitação para um beneficiário suspenso.	Internação eletiva para usuário ativo registrada no sistema com o respectivo número da guia. Mensagem de erro para a solicitação envolvendo beneficiário inativo.	Obrigatório
7	Atendimento hospitalar	Entrada em Internação Eletiva Autorizada	Deve ser possível confirmar a entrada em uma internação eletiva já autorizada pelo convênio a	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma guia	Entrada de internação eletiva confirmada no sistema.	Opcional

			partir do número de autorização da mesma.	autorizada e registrar a confirmação da internação eletiva		
8	Atendimento hospitalar	Solicitação de Itens em Internação	Deve ser possível solicitar itens em uma internação eletiva em andamento, a partir do número de autorização da mesma. Devem ser informados o Tipo da Solicitação (Interna ou Externa), Quadro Clínico, CID, SP/SADT informando se é Bilateral e a Quantidade, Procedimentos Cirúrgicos e ou Intervencionistas, Materiais e Medicamentos da Tabela Simpro, Materiais e Medicamentos da Tabela Brasindice, Pacotes e OPMEs.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma internação e solicitar pelo menos 2 itens.	Itens solicitados e associados à internação escolhida.	Obrigatório

9	Atendimento hospitalar	Solicitação de Exames Externos	Deve ser possível solicitar exames a serem realizados em um outro prestador para um beneficiário com internação eletiva em andamento, a partir do número de autorização da mesma. Deve ter os campos: Quadro Clínico, CID, Médico, Especialidade.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma guia de internação aberta e solicitar pelo menos 1 exame externo.	Exame solicitado com sucesso e associado à internação escolhida.	Obrigatório
10	Atendimento hospitalar	Solicitação de Prorrogação	Deve ser possível solicitar a prorrogação de uma internação eletiva, informando o tipo da acomodação, permanência (dias) e motivo da prorrogação.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma internação aberta e solicitar prorrogação da internação.	Solicitação de prorrogação registrada e pronta para avaliação.	Obrigatório
11	Atendimento hospitalar	Registro de Alta	Deve ser possível registrar a alta de uma internação eletiva	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o	Alta registrada com sucesso.	Obrigatório

			informando o número de número da guia e uma preenchendo os internação campos Data e aberta e Motivo da Alta. registrar a alta da internação		
12	Atendimento hospitalar	Cancelamento de Internação Eletiva	Deve ser possível cancelar uma internação eletiva informando o número da guia.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma internação aberta e registrar seu cancelamento.	Internação cancelada. Opcional
13	Atendimento hospitalar	Cancelamento de itens de uma Internação	Deve ser possível cancelar os itens solicitados em uma internação	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma guia e registrar o cancelamento dos itens.	Itens cancelados com sucesso. Opcional
14	Atendimento hospitalar	Solicitação de Internação de Urgência	A solução tecnológica deverá permitir registrar a solicitação de uma internação	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador e registrar a	Internação de urgência registrada. Obrigatório

			de urgência com informações sobre o tipo de tratamento, médico, especialidade, CID, quadro clínico, acomodação, permanência (dias), Procedimentos Cirúrgicos e ou Intervencionistas, Data de Realização, Profissional, Honorários, Profissional, OPME, Medicamentos e Materiais.	solicitação de uma internação de urgência para um beneficiário .		
15	Atendimento hospitalar	Reverter Alta	A solução tecnológica deve permitir reverter a alta registrada pelo prestador a partir do número da autorização guia.	Realizar acesso ao sistema com usuário de prestador, informar o número de uma guia com alta registrada e registrar o cancelamento .	Alta revertida com sucesso.	Opcional

16	Atendimento hospitalar	Solicitar Cirurgia Ambulatorial	Deve ser possível solicitar uma cirurgia ambulatorial informando o número do cartão do beneficiário ou o CPF do Titular, Médico, Especialidade, Tipo de Atendimento, Data de Solicitação, CID, Quadro Clínico, e Procedimentos Cirúrgicos ou Pacotes a serem realizados.	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador, solicitar uma guia de cirurgia ambulatorial para um beneficiário ativo	Cirurgia solicitada com sucesso.	Obrigatório
17	Atendimento hospitalar	Confirmar Cirurgia Ambulatorial	Deve ser possível confirmar uma cirurgia ambulatorial, informando o CPF do Titular ou Número do cartão do Beneficiário.	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador, confirmar uma guia de cirurgia ambulatorial autorizada para um beneficiário ativo	Cirurgia confirmada.	Opcional

18	Atendimento hospitalar	Tratamento Oncológico	Deve ser possível solicitar um tratamento oncológico informando CPF do Titular, Número do Cartão do Beneficiário, Especialidade, Médico Solicitante, Procedimentos, Data de Realização, Quantidade, Medicamentos, Dias para Administração, Dosagem, CID, Quadro Clínico, Periodicidade, Quantidade de Ciclos, Data de Início do Tratamento, Peso, Altura e Superfície corpórea do beneficiário.	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador, solicitar a guia de tratamento oncológico.	Tratamento solicitado com sucesso.	Obrigatório
19	Atendimento hospitalar	Confirmar Tratamento Oncológico	Deve ser possível confirmar um plano de tratamento oncológico autorizado, informando os	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador e confirmar uma guia autorizada	Tratamento confirmado.	Obrigatório

			campos Data da Confirmação, Médico responsável.	do plano de tratamento oncológico.		
20	Atendime nto hospital ar	Cancelar Tratamen to Oncológi co	Deve ser possível cancelar um plano de tratamento oncológico solicitado ou autorizado, informando o número de uma guia e o motivo.	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador informar uma guia de plano de tratamento oncológico, informar o motivo e realizar o cancelamento .	Tratamento cancelado com sucesso.	Obrigat ório
21	Atendime nto hospital ar	Solicita r Tratamen to Radioter ápico	Deve ser possível solicitar um plano de tratamento radiológico informando CPF do Titular, Número do Cartão do Beneficiário, Especialidade, Médico Solicitante, Procedimentos do tratamento, Data de Realização.	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador informar o Número do cartão do beneficiário ou CPF do titular, preencher os campos para solicitação do tratamento e confirmar a solicitação.	Tratamento solicitado com sucesso.	Obrigat ório

22	Atendimento hospitalar	Confirmar Tratamento Radioterápico	Deve ser possível confirmar um tratamento radioterápico autorizado, informando os campos Data da Confirmação, Autorização: Beneficiário, Situação, Data da Situação, Data de Atendimento, Código e Descrição dos procedimentos autorizados	Realizar acesso ao sistema com usuário prestador e confirmar uma guia autorizada de radioterapia.	Tratamento confirmado.	Obrigatório
23	Regulação	Regular Guia	A solução tecnológica deve permitir regular uma guia ou itens dela a partir do número da Autorização, do CPF ou do número do cartão do beneficiário. Deve ser possível visualizar o Quadro Clínico e Questionário de Saúde do beneficiário, Observações sobre a	Realizar o acesso ao sistema com usuário regulador, informar um dos campos de busca e realizar a regulação da guia, autorizando alguns itens e negando outros, com preenchimento dos motivos.	Guia regulada com itens negados e autorizados salvos.	Obrigatório

			solicitação, Procedimentos Cirúrgicos Solicitados, Acomodações solicitadas, Diária, Histórico de Procedimentos já realizados, OPMEs. Deve ser preenchido a autorização ou não para cada item, com um motivo associado.			
24	Regulação	Relatório de Regulação Detalhada	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios de regulação a partir dos filtros Tipo de Guia, Situação da Regulação, Regulador e Prestador solicitante.	Realizar acesso ao sistema com usuário regulador, informar um dos filtros citados e gerar o relatório.	Relatório gerado de acordo com os filtros informado, exibindo os itens da guia autorizado s, não autorizado s, com valores e informação do regulador.	Obrigatório
25	Regulação	Relatório de Guias a Regular	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios de guias que ainda	Realizar acesso ao sistema com usuário regulador,	Relatório gerado com sucesso e com a opção de	Obrigatório

			devem passar por regulação. Deve ser possível filtrar guias tendo ou não OPMEs.	informar um dos filtros citados e gerar o relatório.	se regular as guias ainda não reguladas.	
26	Regulação	Guias com OPMEs pendentes de regulação	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios de regulação com as guias com OPMEs pendentes de regulação a partir dos filtros: Nome do Segurado e Número do Cartão.	Realizar acesso ao sistema com usuário regulador, informar um dos filtros citados e gerar o relatório	A solução tecnológica deve gerar o relatório de acordo com os filtros informados exibindo os campos: Número do Cartão, Beneficiário, Dias úteis da solicitação, Prestador, Data da solicitação. O relatório deve possuir a opção de ir para a tela de Regular uma guia.	Obrigatório
27	Tiss	Envio de Contas	A solução tecnológica deve	Realizar o acesso ao	Lote de guias	Opcional

		Manual	permitir a digitação dos dados de atendimento por partes dos prestadores.	sistema com usuário prestador e entrar com informações sobre o lote de guias de atendimento	registrado com sucesso.	
28	Tiss	Envio de Contas Eletrônico	A solução tecnológica deve permitir o envio eletrônico das guias de atendimento por partes dos prestadores, utilizando o padrão TISS.	Realizar o acesso ao sistema com usuário prestador e enviar o arquivo TISS com as guias de atendimento.	Lote de guias recebidas pelo sistema.	Obrigatório
29	Tiss	Recebimento de Contas	A solução tecnológica deve permitir o recebimento das guias de atendimento eletronicamente.	Realizar o acesso ao sistema com usuário auditor e receber um lote de guias já enviado eletronicamente.	Lote de guias recebidas e aptas para auditoria.	Obrigatório
30	Auditoria	Auditar Guia	A solução tecnológica deve permitir realizar a auditoria nas guias recebidas, com a revisão das contas médicas	Realizar o acesso ao sistema com usuário auditor, pesquisar por uma guia recebida, e auditar uma	Guia auditada salva e com novos valores nos itens da guia.	Obrigatório

			entregues pelos prestadores à operadora.	guia, mudando valores de itens para gerar glosas.		
31	Auditoria	Auditar Guia em Lote	A solução tecnológica deve permitir auditar várias guias de atendimento de uma única vez, informando os campos número de lote, competência, prestador.	Realizar acesso ao sistema com usuário auditor, informar os filtros citados e auditar várias guias em lote, alterando pelo menos 2 itens em pelo menos 3 guias diferentes.	Guias alteradas com sucesso.	Obrigatório
32	Auditoria	Alterar Lote de Guias	A solução tecnológica deve permitir alterar um lote de guias de atendimento, informando os campos número de lote ou número da guia.	Realizar acesso ao sistema com usuário auditor, informar os filtros citados e alterar um lote de guias.	Lote de guias atualizado conforme alteração realizada	Opcional

33	Auditoria	Relatório de Auditoria	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios de auditoria a partir dos filtros Competência, Data de Recebimento, Prestador, Tipo de Guia, Situação Guia e Situação Lote. Devem ser geradas informações sobre o Valor Apresentado, Guias Enviadas, Guias Recebidas, Guias Auditadas, Percentual de Glosas, Percentual de Valor Auditado.	Realizar acesso ao sistema com usuário auditor, informar os filtros citados e gerar o relatório.	Relatório gerado, contendo informações sobre o Valor Apresentado, Guias Enviadas, Guias Recebidas, Guias Auditadas, Percentual de Glosas, Percentual de Valor Auditado.	Obrigatório
34	Auditoria	Relatório de Lotes	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios de lotes a partir dos filtros Competência, Situação do Lote, Tipo de Guia e Prestador, contendo	Competência, Data Inicial, Tipo da Data, Situação do Lote, Tipo de Guia, Prestador	Relatório gerado contendo informações sobre o Número de Lotes, Número de Guias, Valor Apurado, Valor	Obrigatório

			informações sobre o Número de Lotes, Número de Guias, Valor Apurado, Valor Apresentado, Competência, Prestador, um Resumo Detalhado com Prestador, Total de Guias, Total de Lotes, Valor Total Apurado, Valor Total Apresentado.		Apresentado, Competência, Prestador, um Resumo Detalhado com Prestador, Total de Guias, Total de Lotes, Valor Total Apurado, Valor Total Apresentado.	
35	Auditoria	Visualizar/Imprimir Lote	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios dos lotes de guias de atendimento a partir dos filtros: Número do Lote, Autorização da Guia, Número Lote TISS, Prestador.	Acessar o sistema com usuário do auditor, informar um número válido de lote e emitir o relatório.	Deve ser exibida o lote com suas respectivas guias e valores, assim como o histórico do lote.	Opcional
36	Auditoria	Visualizar/Imprimir Guia	A solução tecnológica deve permitir gerar relatórios das guias de	Acessar o sistema com usuário do auditor, informar um	Deve ser exibida a guia informada com os	Obrigatório

			atendimento a partir dos filtros: Autorização, CPF do Titular, Número do cartão do beneficiário, Tipo.	número válido de guia. A guia deve ser exibida.	dados do Beneficiário, do Prestador, dos procedimentos da guia.	
37	Faturamento	Gerar Demonstrativo de Produção	A solução tecnológica deve permitir levantar a produção mensal de todos os prestadores. Deve ser possível gerar um demonstrativo dos atendimentos que estão aptos a entrarem no próximo faturamento.	Acessar o sistema com usuário de faturista e gerar um demonstrativo dos atendimentos aptos a faturamento.	Exibição de informações detalhadas do valor a ser pago de cada prestador, assim como o valor total da conta.	Obrigatório
38	Faturamento	Gerar Faturamento	A solução tecnológica deve permitir consolidar as informações geradas no demonstrativo de produção mensal. Deve ser possível realizar um faturamento, agrupando as guias de atendimento.	Acessar o sistema com usuário de faturista e gerar o faturamento informando a competência do mesmo.	Faturamento gerado com sucesso.	Obrigatório

39	Faturamento	Registrar Descontos	A solução tecnológica deve permitir informar os descontos a serem registrados no faturamento de um prestador.	Acessar o sistema com usuário de faturista e informar um desconto a ser aplicado no faturamento de um prestador.	Desconto salvo e associado a um faturamento.	Obrigatório
40	Faturamento	Cancelar Faturamento	A solução tecnológica deve permitir cancelar o faturamento de determinada competência	Acessar o sistema com usuário de faturista e cancelar o faturamento gerado.	Faturamento cancelado com sucesso.	Obrigatório
41	Faturamento	Fechar Faturamento	A solução tecnológica deve permitir fechar um faturamento e bloquear qualquer possibilidade de alteração do mesmo. Deve ser possível indicar que o pagamento associado a essa fatura pode ser iniciado.	Acessar o sistema com usuário de faturista e fechar o faturamento dos prestadores.	Faturamento fechado e impossível de ser alterado pelo sistema.	Obrigatório
42	Pagamento	Gerar Relatório de pagamento	A solução tecnológica deve permitir gerar a folha de pagamento a prestadores.	Acessar o sistema com usuário de faturista e gerar a folha de	Exibição em tela dos dados de pagamento de todos	Obrigatório

			Deve ser possível gerar um resumo com a informação sintetizada sobre o faturamento.	pagamento de todos os prestadores.	os prestadores e somatório com o valor total a ser pago na respectiva competência, para ser usado para fins de conferência.	
43	Pagamento	Solicitar Notas Fiscais para Prestadores Pessoa Jurídica	A solução tecnológica deve permitir solicitar por e-mail para cada prestador as notas fiscais referentes aos pagamentos, informando o valor da nota fiscal a ser emitida. Deve ser possível disparar a solicitação de notas fiscais, via e-mail, de forma automática, a todos os	Acessar o sistema com usuário de faturista e solicitar as notas fiscais associados a um faturamento que possui pelo menos 3 prestadores responsáveis por executar atendimentos na competência e com valores a receber.	E-mails com solicitação de notas enviados.	Obrigatório

			prestadores pessoa jurídica. No e-mail deve ser possível informar o valor bruto a ser inserido na nota fiscal, juntamente com o prazo de entrega.			
44	Pagament o	Registra r Entrega de Notas Fiscais	A solução tecnológica deve permitir registrar os prestadores que já entregaram nota fiscal. Deve ser possível registrar quais prestadores já entregaram notas fiscais junto ao plano. A partir desta informação de nota entregue os prestadores podem receber pagamento.	Acessar o sistema com usuário de faturista e registrar a entrega das notas fiscais de um prestador.	Informação sobre entrega de notas registrado com sucesso.	Obrigat ório
45	Pagament o	Gerar Remessa	A solução tecnológica deve permitir gerar um relatório/arquiv o contendo os prestadores que estão aptos a	Acessar o sistema com usuário de faturista e gerar uma remessa de pagamento que possua	Relatório gerado com sucesso, contendo as informaçõe s de conta e de	Opciona l

			pagamento, com suas informações de conta e com os valores a serem creditados. Apenas prestadores com nota fiscal registrada devem ser incluídos nesse arquivo. O arquivo deve ser gerado incluindo também prestadores pessoa física.	pelo menos 3 prestadores PJ e 2 prestadores PF, com pagamentos.	valores corretos para cada prestador.	
46	Pagamento	Gerar Arquivos de Banco	A solução tecnológica deve permitir gerar um arquivo para envio da remessa de pagamento para um banco. Deve ser possível trabalhar ao menos com Banco do Brasil e Caixa.	Acessar o sistema com usuário de faturista e gerar um arquivo de remessa de pagamento contendo pelo menos 3 prestadores. Deve ser gerado um arquivo para o BB e outro para a CEF.	Arquivos gerados no padrão exigido por cada banco.	Obrigatório
47	Pagamento	Processar arquivo de retorno	A solução tecnológica deve permitir receber e processar os arquivos de	Acessar o sistema com usuário de faturista e processar um	Arquivos de banco processados com informação	Obrigatório

		de banco	retorno de bancos, atualizando a informação referente a quem já foi pago e quem não foi.	arquivo de retorno de bancos. Utilizar pelo menos 2 registros de pagamento para verificar sua atualização.	s de pagamento dos prestadores atualizados.	
48	Ambiente	Operação 100% Web	Todas as funcionalidades da solução tecnológica devem ser construídas em plataforma Web, acessíveis através de navegador Internet padrão, sem a necessidade de instalação de software proprietário na máquina do usuário	O licitante deverá acessar a solução tecnológica através do computador fornecido pelo IASPI; Deverá realizar o login com dois perfis de acesso - Prestador e Gestor do Plano; Deverá demonstrar que a solução tecnológica funciona em pelo menos três dos cinco navegadores	Operação da solução diretamente no navegador Web, sem emuladores, interfaces gráficas remotas ou similares; Exibição de telas em perfeitas condições de visualização e utilização, sem erros, mantendo a legibilidade dos	Obrigatório

				a seguir: Internet Explorer, Google Chrome, Firefox, Apple Safari ou Opera	textos e campos; Funcionamento em pelo menos 3 dos 5 navegadores citados	
49	Tecnologia	Language m Java	A solução tecnológica deve ser desenvolvido em linguagem Java.	O licitante deverá acessar o repositório de código da solução e exibir sua estrutura e alguns arquivos.	Projeto desenvolvido em Java.	Obrigatório
50	Banco de dados	Bancos Gratuitos	A solução tecnológica deve ser baseada e operar com bancos de dados gratuitos sem necessidade de qualquer mudança em seu código.	O licitante deverá acessar o banco de dados da solução e exibir sua estrutura.	Banco de dados gratuito, preferencialmente PostGres ou MySQL.	Obrigatório

6. SERÁ CONSIDERADA DESCLASSIFICADA A LICITANTE QUE NA PROVA DE CONCEITO - POC - EVENTO 1:

- a) Não apresentar qualquer um dos itens obrigatórios;
- b) A solução tecnológica será aceita se atender na apresentação do POC a todos os itens obrigatórios, o que representa 80% dos requisitos listados, comprometendo-se, por escrito, a entregar dos opcionais, o que representa os 20% restantes, em até 180 dias após o início do contrato;



c) não apresentar o Manual de Operação da Solução, obrigatório para avaliação da Comissão Técnica;

Teresina, 04 de abril de 2019.

Lívia Nogueira Pereira
Diretoria de Unidade Administrativa

Aprovo, em 04 de abril de 2019.

Daniele Amorim Aita
Diretora-Geral do IASPI



ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° _____

Instituto da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos - IASPI

PROCESSO N° AA.040.1.004104/19-61 - IASPI

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2019

O Estado do Piauí, por intermédio do Instituto da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos - IASPI, inscrita no CNPJ sob o nº **06.857.213/0001-10**, com sede Rua Sete de Setembro, 121, Cento, Teresina - PI, neste ato representado por sua DIRETORA GERAL, Sr(a) DANIELE AMORIM AITA, portador(a) da Cédula de Identidade nº1.720.548 SSP/PI, inscrita no CPF sob o nº880.407.553-87, tendo em vista a homologação do Pregão Presencial para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº **AA.040.1.004104/19-61**, vinculado ao Parecer Jurídico nº _____ e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 6.301/2013, bem como com os Decretos Estaduais nºs 11.319/2004 e 15.093/2013, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e em conformidade com as disposições a seguir:

01. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços de caráter operacional para o IASPI, especificado(s) no(s) item(ns) 3 do Termo de Referência anexo do edital de Pregão nº (_____/20____), que é parte

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, o (s) prestador (es) do serviço e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Segmentação Ambulatorial e Odontológica	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida/mês		
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida/mês		
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida/mês		
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida/mês		
		Apoio à gestão	210.000	Por vida/mês		
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida/mês		
Total Ambulatorial						
Valor Total para 12 Meses						

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
2	Segmentação Hospitalar	Disponibilização de sistema de informação	1	Por evento/contrato		
		Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida/mês		
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida/mês		
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida/mês		
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida/mês		
		Apoio à gestão	210.000	Por vida/mês		
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida/mês		
Total Hospitalar Mensal						
Total Hospitalar Eventual						
Valor Total para 12 Meses						

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
3	Atuarial	Realização de cálculo atuarial	2	Por evento/ano		
Total Geral						
Valor Total para 12 Meses						

03. VALIDADE DA ATA



3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja interesse da Administração e aceitação da parte, conforme art. 3º da Lei Estadual 6.301/2013 e art. 11º do Decreto Estadual 11.319/2004.

04. REVISÃO DE PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

4.1. Todos os preços registrados serão publicados trimestralmente no Diário Oficial do Estado, para orientação geral da Administração e servirão de base para conferência dos preços praticados no mercado local.

4.2. Durante a vigência da ata os preços registrados poderão ser revisados quando os praticados no mercado sofrerem redução ou tornarem-se superiores aos registrados por motivo superveniente, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao normalmente praticado no mercado, o órgão controlador deverá proceder da seguinte forma:

4.3.1. Deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua regular adequação aos preços de mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação o fornecedor deverá ser liberado dos compromissos assumidos;

4.3.3. Convocará os demais fornecedores registrados, se houver, visando igual oportunidade de negociação.

4.4. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no edital para a variação do valor contratual.

4.5. Nos termos do art. 29 do Decreto Estadual nº 11.319/2004, o fornecedor deverá ter seu registro cancelado quando:

4.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



4.5.2. Não comparecer para retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.5.4. Tiver presentes razões de interesse público;

4.5.5. Der causa a rescisão administrativa por qualquer dos motivos previstos no art. 78, da Lei n. 8.666/93.

4.6. Caberá ao órgão controlador, em despacho fundamentado da autoridade competente, cancelar o registro, desde que nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

4.7. No caso da existência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, desde que possam comprometer a execução contratual, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do registro de seus preços.

4.7.1. O prazo de solicitação de cancelamento do registro de preços, por parte do fornecedor, é de 30 dias.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

05. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Contrato.

5.2. Esta Ata não obriga a Administração a firmar contratações com o fornecedor, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos bens registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



5.3. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s)
legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº (....) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DO **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - IASPI**, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (....)

O Estado do Piauí, por intermédio do **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - IASPI**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.857.213/0001-10**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede Rua Sete de Setembro, 121, Cento, Teresina - PI, neste ato representado por seu DIRETORA GERAL, Sr^a. Daniele Amorim Aita, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1.720.548 SSP/PI, inscrito (a) no CPF sob o nº 880.407.553-87; e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Presencial nº (...) conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº AA.040.1.004104/19, vinculado ao Parecer Jurídico nº (....) e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, bem como com o Decreto Estadual nº 15.093/2013, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado no Preâmbulo deste Contrato, incluído o termo de referência que acompanha o edital, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do serviço descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão identificado no preâmbulo, e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na **Parte Específica** deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente e presidida pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, sem prejuízo da obrigação de o contratado reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, na forma prevista no art. 73, I, "b", c/c art. 69 da Lei n. 8.666/1993;

3.3.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere o subitem anterior artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, situação na qual será responsabilizado o fiscal ou comissão responsável pela fiscalização.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo ocorrerá mediante termo circunstanciado ou recibo, conforme definido na **Parte Específica**.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a **Parte Específica** deste Contrato prever prazo inferior.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

EM= $I \times N \times VP$, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

6.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



8.1. A **Parte Específica** poderá prever, em conformidade com o disposto no Edital, a prestação de garantia pelo licitante vencedor como condição para a assinatura do contrato.

8.2. O prazo de validade da garantia está previsto na **Parte Específica** do contrato e deverá ser superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLAÚSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

10.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

10.1.3. Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

10.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

10.1.5. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.1.6. Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



10.1.7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

10.1.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

10.1.9. Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

10.1.10. Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

10.1.11. Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

10.1.12. Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

10.1.13. Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

10.1.14. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

10.1.15. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;



10.1.16. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

10.1.17. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

10.1.18. Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

10.1.19. Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

10.1.20. Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

10.1.21. Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros,

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução dos serviços, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 7º da Lei 10.520/2002, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 12.2 ficará sujeito, sem

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

12.3. MULTA

a) A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a.1)** de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- a.2)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- a.3)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

b). Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- b.1)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b.2)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante;
- e
- b.3)** Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



c) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

c.1) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c.2) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.4. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados



tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

12.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- a)** A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
- b)** A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- c)** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:
 - c.1)** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c.2)** praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c.3)** demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;
 - c.4)** reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;



c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.8. As sanções serão aplicadas, de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, pela Contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

12.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 8.666/93:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

13.3.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei 10.5200/02 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. O Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 15.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica					
2.1	O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de caráter operacional para o IASPI, conforme detalhamento abaixo:					
	Discriminação do objeto:					
	Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário
	1	Segmentação o Ambulatorial e Odontológica	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida/mês	
			Central de regulação 24x7	210.000	Por vida/mês	
			Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida/mês	
			Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida/mês	
			Gestão da rede	210.000	Por vida/mês	

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

			credenciad a		ês		
			Central de atendiment o para a rede credenciad a e beneficiár ios	210.00 0	Por vida/m ês		
			Apoio à gestão	210.00 0	Por vida/m ês		
			Prevenção e promoção à saúde	210.00 0	Por vida/m ês		
Total Ambulatorial							
Valor Total para 12 Meses							

Lot e	Item	Subitem	Quat	Unidad e	Valor Unitário	Valor Mensal
2	Segmentaç ão Hospitala r	Disponibili zação de sistema de informação	1	Por evento /contr ato		
		Manutenção de sistema de informação	210.00 0	Por vida/m ês		
		Central de regulação 24x7	210.00 0	Por vida/m ês		
		Faturamento , Auditoria e Revisão de Contas	210.00 0	Por vida/m ês		
		Gestão da	210.00	Por		

			carteira e cobrança	0	vida/mês		
			Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida/mês		
			Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida/mês		
			Apoio à gestão	210.000	Por vida/mês		
			Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida/mês		
	Total Hospitalar Mensal						
	Total Hospitalar Eventual						
	Valor Total para 12 Meses						
	Lot e	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
	3	Atuarial	Realização de cálculo atuarial	2	Por evento /ano		
Total Geral							
Valor Total para 12 Meses							
2.2	() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.						
	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.						

3.1	<p>(X) Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes.</p> <p>() Será dispensado o recebimento provisório, por se tratar de serviço profissional, conforme art, 7º, §6º, II, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.</p> <p>() Será dispensado o recebimento provisório, tendo em vista que o valor da contratação encontra-se abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art, 7º, §6º, III, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.</p>
3.2	Os serviços rejeitados deverão ser refeitos, corrigidos ou substituídos no prazo de 30 (trinta) dias úteis.
3.3	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias.
3.4	<p>(X) O recebimento ocorrerá mediante Termo Circunstanciado, conforme art. 7º, I, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.</p> <p>() O recebimento ocorrerá mediante recibo, conforme art. 7º, §7º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.</p>
4.1.	() O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$.....(.....).
5.1.	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6.1	

	Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2019, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 21.201 Fonte: 22 Programa de Trabalho: 093 Elemento de Despesa: 339039-11 PI: 2051
8.1.	() Não será exigida garantia de execução da contratada. (X) Será exigida da contratada garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas na Cláusula Oitava da Parte Geral deste Contrato.
8.2	O prazo de validade da garantia é de 12 (doze) meses.
11.4.	A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: a) Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual; b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme determina a Lei nº 8.666/93, observando as disposições do contrato, do edital e deste Termo de Referência. c) Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

	<p>d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o previsto neste Instrumento.</p> <p>e) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.</p> <p>f) Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.</p> <p>g) A CONTRATANTE obriga-se a adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a CONTRATADA de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados, estabelecidas através de diretrizes necessárias ao disciplinamento dos serviços administrativos e técnicos, consubstanciadas nas seguintes ações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Normatização e padronização das demandas e solicitações efetivadas;2. Gestão dos recursos financeiros e dos serviços previstos;3. Estabelecimento de sistematização de entrega, recepção e operacionalização dos serviços da Rede contratados;4. Gerenciamento dos serviços em operação de forma a garantir a interoperabilidade e racionalização dos recursos;5. Análise das questões relacionadas com o desenvolvimento, implantação e operacionalização dos serviços prestados, identificando eventuais problemas, diagnosticando-os e propondo medidas preventivas e corretivas;6. Estabelecimento de propostas de padrões para o acompanhamento e avaliação sistemática dos resultados, de acordo com os níveis de serviços e qualidades requeridas.
12.1.1	<p>Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Contrato, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções:</p> <ol style="list-style-type: none">a) Inteirar-se dos critérios e normatizações do IASPI.b) Elaborar e entregar previamente, em conjunto com a

	<p>CONTRATANTE, o cronograma mensal, dos profissionais em saúde que irão atuar na execução do contrato;</p> <p>c) Promover e comunicar à CONTRATANTE rodízio trimestral dos profissionais de saúde que exercerem alguma atividade junto à rede prestadora;</p> <p>d) Garantir toda a segurança dos sistemas informatizados utilizados na operacionalização deste contrato.</p> <p>e) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, a relação de toda a equipe informando as inscrições nos respectivos conselhos profissionais e cargos a serem desempenhados, conforme prescrições contidas neste documento.</p> <p>f) Apresentar declaração formal, subscrita por representante legal da pessoa jurídica, comprometendo-se, a manter sede na cidade de Teresina-PI, com estrutura mínima para realização de reuniões mensais com o IASPI.</p>
15.1.	<p>O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, iniciando-se em (...../...../.....) e encerrando-se em (...../...../.....).</p>

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2019.

DANIELE AMORIM AITA
DIRETORA GERAL DO IASPI
CONTRATANTE

(EMPRESA)
(REPRESENTANTE – CARGO)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para o fornecimento dos itens abaixo relacionados, conforme estabelecido no PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, Nº PP - ____/2019, Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de caráter operacional para o IASPI.

PROPOSTAS DE PREÇOS

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Segmentação Ambulatorial e Odontológica	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida/mês		
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida/mês		
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida/mês		
		Central de atendimento para a rede credenciada e	210.000	Por vida/mês		

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

	beneficiários				
	Apoio à gestão	210.000	Por vida/mês		
	Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida/mês		
Total Ambulatorial					
Valor Total para 12 Meses					

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
2	Segmentação Hospitalar	Disponibilização de sistema de informação	1	Por evento/contrato		
		Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida/mês		
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida/mês		
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida/mês		
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida/mês		
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida/mês		
		Apoio à gestão	210.000	Por vida/mês		
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida/mês		
Total Hospitalar Mensal						
Total Hospitalar Eventual						



Valor Total para 12 Meses	
----------------------------------	--

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
3	Atuarial	Realização de cálculo atuarial	2	Por evento/ano		
Total Geral						
Valor Total para 12 Meses						

PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DO OBJETO: _____

VALIDADE DA PROPOSTA (NÃO INFERIOR A 60 DIAS):

No valor ofertado estão listados todas as despesas com frete, impostos, taxas e outras despesas referentes ao transporte, instalação e outras.

Teresina (PI), _____ de _____ de 2019.

Assinatura (representante legal da empresa)



ANEXO V – DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

_____, CNPJ n° _____,
_____, por
intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins
de participação no **PREGÃO PRESENCIAL N°. ____/2019** para Registro
de Preços para contratação de serviços de caráter operacional
para o IASPI, em cumprimento do previsto no inciso VII do
artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, **DECLARA**, sob as
penalidades da lei,
expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação
exigidos para
participação no Pregão supracitado.

Teresina,de.....de.....



.....
.....

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:



ANEXO VI - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N°. 123/2006.

A _____ empresa
_____,
inscrita no CNPJ n° _____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
_____, portador(a) da
Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____,
DECLARA, para fins do disposto do
Edital, do PREGÃO PRESENCIAL N°. ____/2019, sob as sanções
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da
Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do
artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das
vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome:

Cargo:

RG:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602



**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA
CF/88**

MINUTA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR

_____, CNPJ n°
_____,
(Nome da Empresa)

sediada à

(Endereço Completo)

por intermédio de seu representante legal o (a)
Sr(a) _____ portador da carteira de
identidade n° _____ e do CPF n°. _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n°. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do disposto no inciso XXXII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

() SIM () NÃO

_____, _____ de _____ de 2019.

(Nome e n°. do RG do declarante)

(Assinatura do declarante)

ANEXO VIII - ORÇAMENTO

LOTE 1 - Segmentação Ambulatorial e Odontológica

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Segmentação Ambulatorial e Odontológica	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida / mês	0,46	96.600,00
		Central de regulação 24x7	210.000	Por vida / mês	0,43	89.600,00
		Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida / mês	0,17	35.700,00
		Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida / mês	0,22	46.200,00
		Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida / mês	0,16	33.600,00
		Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida / mês	0,32	66.500,00
		Apoio à gestão	210.000	Por vida / mês	0,22	45.500,00
		Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida / mês	0,38	79.100,00
Total Ambulatorial					2,35	492.800,00
Valor Total para 12 Meses						5.913.600,00

VALOR GLOBAL PARA O LOTE 01: R\$ 5.913.600,00 (cinco milhões e novecentos treze mil e seiscentos reais)

LOTE 2 - Segmentação Hospitalar

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal
2	Segmentação Hospitalar	Disponibilização de sistema de informação	1	Por evento / contrato	243.333,33	243.333,33

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI

Rua 7 de Setembro, 121 – Centro/Sul CEP 64.001-120 Teresina, Piauí, Brasil

Telefone: (86) 3216.5674 - Fax: (86) 3216.5602

	Manutenção de sistema de informação	210.000	Por vida / mês	0,41	86.800,00
	Central de regulação 24x7	210.000	Por vida / mês	0,35	74.200,00
	Faturamento, Auditoria e Revisão de Contas	210.000	Por vida / mês	0,69	145.600,00
	Gestão da carteira e cobrança	210.000	Por vida / mês	0,15	32.200,00
	Gestão da rede credenciada	210.000	Por vida / mês	0,13	27.300,00
	Central de atendimento para a rede credenciada e beneficiários	210.000	Por vida / mês	0,31	64.400,00
	Apoio à gestão	210.000	Por vida / mês	0,22	46.200,00
	Prevenção e promoção à saúde	210.000	Por vida / mês	0,36	74.900,00
Total Hospitalar Mensal				2,63	551.600,00
Total Hospitalar Eventual					243.333,33
Valor Total para 12 Meses					6.862.533,33

VALOR GLOBAL PARA O LOTE 02: R\$ 6.862.533,33 (seis milhões e oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

LOTE 3 - Atuarial

Lote	Item	Subitem	Quat	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Atuarial	Realização de cálculo atuarial	2	Por evento / ano	15.000,00	30.000,00
Total Geral						30.000,00
Valor Total para 12 Meses						30.000,00

VALOR GLOBAL PARA O LOTE 03: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).